

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**NA TRAMA DOS ESCRAVOS DE SUA MAJESTADE:
O BATISMO E AS REDES DE COMPADRIO DOS CATIVOS DA
REAL FEITORIA DO LINHO CÂNHAMO
(1788-1798)**

Renata Finkler Johann

Porto Alegre

2010

RENATA FINKLER JOHANN

**NA TRAMA DOS ESCRAVOS DE SUA MAJESTADE:
O BATISMO E AS REDES DE COMPADRIO DOS CATIVOS DA
REAL FEITORIA DO LINHO CÂNHAMO
(1788-1798)**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre, dezembro de 2010

“Era um baile, um casamento, quem sabe algum batizado...”

Eu não era convidado, mas tava ali de cruzada.”

Deixando o pago - João da Cunha Vargas

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os colegas e amigos que fizeram parte desta caminhada.

Agradeço, especialmente, a todos que entenderam que a pesquisa histórica é algo que se faz, em grande parte, sozinho e isoladamente. Obrigada a quem entendeu que eu não podia sair porque tinha que ir ao arquivo, escrever meu TCC ou ler uns (ou tantos!) textos.

Aos colegas da barra 06 que entraram comigo no curso e que muito compartilharam.

Ao Márcio Blanco que me deu uma luz nos corredores da biblioteca quando eu não sabia como iniciar o meu ainda projeto de pesquisa.

Ao Lucas Monteiro pelos empréstimos de bibliografia e conversas sobre o seu, o meu, os nossos trabalhos.

Ao Maurício Minuzzo pela excelente companhia com risadas mesmo em dias cinzas.

À Jaqueline Brizola pelas divertidas caronas de quinta-feira repletas de discussões sobre os sabores e dissabores do trabalho de conclusão de curso.

À amiga distante, da Corte do Rio de Janeiro, Paula Camilato; mesmo longe estamos perto.

Ao Pedro Cunha por ter me apoiado e incentivado ferrenhamente, desde a época do vestibular, a fazer a faculdade de História e a seguir, espero que à altura, seus passos.

Aos colegas que viraram amigos e que hoje são meus irmãos: Luísa Valdez e Eduardo Peruzzo. À Luli e ao Edward agradeço pela imensa cumplicidade e amizade...por dividirem momentos importantes, tristes, marcantes, alegres e difíceis...por estarem sempre junto, sempre presentes. Que este trio, mesmo longe, nunca se perca.

O agradecimento à Luli também se transforma em um *muchas gracias* e se estende a toda a família Caiaffo Valdez pelas tantas vezes que me acolheram como filha.

À Professora Silvia Petersen por ter, desde o primeiro semestre, me mostrado a importância e a responsabilidade do ofício de historiador(a).

Ao Professor Fábio Kühn devo muito mais do que simples agradecimentos. Com suas ótimas aulas ministradas, foi o *grande culpado* pela minha predileção por História do Rio Grande do Sul Colonial e por eu ter caído também na trama das redes. Agradeço por ter me acolhido, nos idos de 2008, em um projeto no qual aprendi muito de paleografia e no qual este trabalho deu os seus primeiros passos (impossível não lembrar daquela sala cheia de prováveis futuros voluntários nervosos com a ideia de ter que ler “*pelo menos duas frases deste manuscrito*” sem nunca dantes ter feito isso...acho que eu consegui!).

Agradeço ao Fábio também pelo inigualável incentivo e apoio sempre, pelos empréstimos bibliográficos e por ter aceitado orientar este trabalho de forma atenta, prestimosa, com inestimável competência e devido rigor. Fábio, meu eterno muito obrigada por tudo!

Ao Professor Eduardo Neumann, de quem não tive a honra de ser aluna, agradeço por ter sido convidada a ser sua bolsista de iniciação científica, trabalho no qual aprendi muito dos meandros dos arquivos, do trato com os documentos, do olhar do pesquisador e pude aperfeiçoar a minha leitura paleográfica. Certamente muito do que aprendi com ele também está refletido neste trabalho.

Por fim, agradeço e dedico este escrito à Terezinha Finkler, minha mãe, mulher de ferro e de flores que me deu, sempre em dobro, todo o apoio, suporte e amor que eu precisei para seguir em frente e para estar hoje aqui.

Se não fossem eles, nada do que aqui está poderia jamais ter sido escrito.

Renata
Primavera de 2010

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1 - Em busca da autonomia na produção de fibras de cânhamo: a Real Feitoria do Linho Cânhamo no Rio Grande de São Pedro	9
1.1 - Do Rincão de Canguçu ao Faxinal do Courita: a organização da Real Feitoria do Linho Cânhamo	13
Capítulo 2 - A distante voz do dono: a relativa autonomia dos cativos da Real Feitoria do Linho Cânhamo	17
Capítulo 3 - O sagrado profano: a dualidade do batismo e o papel dos laços de compadrio	25
3.1 - E quem disse que escravo tem escolha? E quem disse que escravo tem compadre?	26
3.2 - Tentando desfazer o trabalho das traças: considerações sobre as fontes - registros batismais	32
Capítulo 4 - Aos santos óleos: o batismo e o compadrio dos escravos da Real Feitoria do Linho Cânhamo	34
4.1 - Mãe de confisco, filho ilegítimo: o compadrio das mães “de nação”	34
4.2 - O batismo dos escravos adultos: você ainda vai pecar?	36
4.3 - Quem deve ser compadre: a condição social dos padrinhos	38
4.4 - Dois filhos, quatro compadres: o caso dos escravos gêmeos	41
4.5 - Qual a graça da criança? os nomes dos padrinhos como nome dos afilhados	42
4.6 - O meu e o teu compadre: os laços e as redes de compadrio	42
Conclusão	45
Fontes e Bibliografia	47
Anexos	51

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho nasceu nos idos de 2008 quando, ao iniciar a transcrição de documentos de Rafael Pinto Bandeira do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, como bolsista voluntária, me deparei com *uma tal* Real Feitoria do Linho Cânhamo. Desde então procurei bibliografia sobre o assunto e o que encontrei foi pouco mais que nada. Assim, esta pesquisa tenta, de alguma maneira, suprir a lacuna existente sobre o tema e por isso tem como delimitação temática o estudo das relações sócio-familiares dos escravos da Real Feitoria do Linho Cânhamo estabelecidas através das redes de compadrio, ou seja, através de redes de parentesco não-consanguíneo.

O recorte a que nos propusemos, de estudar este estabelecimento Real, sito no Rio Grande de São Pedro, em uma região chamada na época de Faxinal do Courita, atual São Leopoldo, foi assim escolhido devido a pouca relevância que a historiografia tem dado a ele e por ser um local latente de peculiaridades a serem investigadas, tanto para um melhor entendimento das relações de caráter escravista ali existentes, quanto para análise dos padrões sociais e familiares dos cativos presentes neste estabelecimento considerado peculiar na lógica administrativa colonial – por ser uma *plantation* pertencente à Coroa portuguesa.

O recorte temporal obedece há um período de dez anos dentro da história deste estabelecimento, a partir de 1788 quando a Real Feitoria se muda do Rincão de Canguçu, onde inicialmente se estabeleceu, para o Faxinal do Courita, até o ano de 1798, período no qual foi possível encontrar registros de batismo dos seus cativos, ou seja, os dez anos compreendidos entre 1788 e 1798.¹

Sendo assim, o problema de pesquisa que aqui pretendemos responder é o de: analisar e compreender como se deu o batismo e como eram constituídas as redes de compadrio dos escravos da Real Feitoria do Linho Cânhamo nos anos de 1788 a 1798 e o que essas redes e relações significavam naquele contexto.

Assim, nosso trabalho busca, em primeiro lugar, resgatar a história deste estabelecimento que tem sido constantemente negligenciado pela historiografia regional ou que tem sido condicionado unicamente ao fato de, após extinto em 1824, ter abrigado os primeiros colonos alemães, que questionamos ser o mais destacado, mostrando também o papel do escravo através de suas relações sociais.

Nosso trabalho pretende resgatar especificamente o papel do escravo dentro da Real

¹ Trataremos adiante, no subcapítulo 3.2 - Tentando desfazer o trabalho das traças: considerações sobre as fontes – registros batismais, sobre os pormenores da definição deste marco temporal.

Feitoria do Linho Cãnhamo. Procuramos contemplar um assunto que até hoje não foi possível compreender, qual seja: como era a dinâmica sócio-familiar desses cativos, seguindo as propostas de Stuart Schwartz quando afirma que os escravos eram dotados de habilidades para influenciar sua condição de vida e exercer alguma espécie de controle sobre sua existência cotidiana, como na escolha dos padrinhos de seus filhos. Baseamo-nos, para isso, na análise dos registros batismais que se encontram no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, fontes que nos permitem perceber os padrões de apadrinhamento dos cativos e as redes de compadrio lá existentes.

Utilizamos a micro-história² como orientação metodológica, baseando-nos na redução da escala de observação e realizando uma análise microscópica de um caso. Analisamos um ponto específico da realidade a partir do qual poderemos testar conceitos gerais. Assim como em qualquer pesquisa micro-histórica, acreditamos que a observação microscópica possa revelar fatores previamente não observados e que alguns fenômenos podem assumir significados novos quando se altera a escala de observação, evidenciando-se o papel do particular, mas não em oposição ao geral.³

Atualmente as fontes paroquiais estão sendo utilizadas em trabalhos que pretendem revelar realidades sociais antes pouco conhecidas⁴, como reconstituir famílias, redes sociais e de poder, relacionando as pessoas entre si e podendo analisar as conformações de hierarquias sociais e redes de compadrio, proposta deste estudo. O tratamento dado as fontes será de abordá-las de uma forma serial, ou seja, com algum tipo de homogeneidade, dando-nos a possibilidade de acompanhar as decisões dos escravos quanto às suas alianças no intuito de identificar regularidades e reconstruir pelo menos parte dessas redes. Trata-se de *fontes nominativas*, ou seja, documentos que trazem nomes de pessoas que são passíveis de cruzamento entre si através do *método onomástico* proposto por Ginzburg⁵ pois, segundo ele, é o nome que distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades conhecidas⁶.

² Para uma maior discussão sobre micro-história ver: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. FGV, Rio de Janeiro, 1998. e LIMA, Henrique E. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

³ LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-história*. In: BURKE, Peter.(org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. Ed. UNESP, 1992. Pg. 133-161

⁴ Entre eles ver: HAMEISTER, M. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros de batismos da vila de Rio Grande (1738-1763)*. UFRJ - Tese de doutorado, 2006.; KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – Século XVIII*. Tese de doutorado, UFF, 2006; FRAGOSO, João. *O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII*. In: OLIVEIRA, Mônica; ALMEIDA, Carla. (Orgs.) *Exercícios de Micro-história*. FGV, Rio de Janeiro, 2009. Pg.158-207.

⁵ GINZBURG, Carlo. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: _____. *A microhistória e outros ensaios*. Memória e sociedade, Difel, 1991. Pg. 169-178.

⁶ Mesmo sabendo das dificuldades quanto à utilização do método onomástico para os estudos de escravidão,

Assim, encontramos dados com os quais foi possível reconstruir de forma fragmentada determinadas realidades, sendo o fio condutor de nossa pesquisa o nome. Para Ginzburg, as linhas que convergem para o nome e que partem dele, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido. Para evidenciar as redes de compadrio realizaremos um banco de dados no *Excel* e a partir dele confeccionamos quadros capazes de viabilizar melhor o entendimento desta realidade.

Dessa forma, esta pesquisa busca abrir um novo horizonte de análise acerca dos escravos da Real Feitoria do Linho Cânhamo, entendendo que para compreender melhor tanto a dinâmica administrativa-econômica e a relativa autonomia destes cativos, quanto o cotidiano das senzalas da Real Feitoria, é de suma importância uma análise que prime pelo estudo dos laços e padrões sócio-familiares estabelecidos, principalmente as redes sociais de parentesco não-consanguíneo – o compadrio, que poderá demonstrar como estas famílias se estruturavam e o que isso significava naquele dado contexto e realidade.

nesta pesquisa não obtivemos grandes problemas quanto a isto, uma vez que a diferenciação dos nomes dos cativos estava bem clara em praticamente todos os registros utilizados para nossa análise. Pouquíssimas vezes encontramos, por exemplo, o nome Maria sozinho, sem sobrenome ou sem a possibilidade de diferenciá-la de outra cativa homônima Maria – casos estes que, se necessário, serão devidamente apontados para um melhor entendimento de nossa análise.

Capítulo 1 – Em busca da autonomia na produção de fibras de cânhamo: a Real Feitoria do Linho Cânhamo no Rio Grande de São Pedro

Os trabalhos escritos acerca da Real Feitoria do Linho Cânhamo tem sido escassos e bastante lacunares – pouco se tem escrito sobre este estabelecimento. A Real Feitoria do Linho Cânhamo foi um estabelecimento diferenciado na dinâmica imperial portuguesa, uma vez que realizava uma produção agrícola incomum para os padrões da Colônia e também por ser um dos poucos estabelecimentos públicos de *plantation*.

Dentre os trabalhos feitos sobre o assunto, o de Aurélio Porto⁷ realiza uma análise destinada ao estudo do trabalho alemão, no qual faz uma retrospectiva da trajetória da Feitoria dando ênfase às questões administrativas e econômicas, e explica o fracasso do estabelecimento entendendo que o “culpado” foi o escravo por ser considerado menos produtivo; o trabalhador negro em oposição ao posterior trabalho do imigrante alemão que, segundo ele, seria mais produtivo e lucrativo.

Arno Wehling em artigo⁸ atenta à conjuntura portuguesa e às ações econômicas realizadas no Rio Grande de São Pedro. Assim, a Feitoria passa a ser entendida em uma análise mais abrangente – conjuntural – da política econômica do Estado português para com a Colônia e o cultivo de cânhamo, em busca de um maior entendimento dos motivos de se iniciar este tipo de empreendimento no Rio Grande de São Pedro.

Já Márcia Miranda, em capítulo de livro destinado à administração pública no Rio Grande colonial⁹, disserta sobre como era a Feitoria enquanto órgão público pertencente à administração, dividindo o cultivo de cânhamo em dois momentos distintos: o privado e o público.

Em seus trabalhos, Cláudio Bento¹⁰ analisa pela primeira vez o papel do cativo negro na organização da Feitoria. Procura listar os escravos inventariados e identificá-los em diversas famílias e sua distribuição laboral por idades.

Já Carlos Moraes¹¹ realiza estudo analisando os donos das terras nas quais a Feitoria veio a se estabelecer, procurando entender como essas pessoas lidaram com a perda de seus

⁷ PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Ed. Santa Terezinha, Porto Alegre, 1943. Pg.7-33

⁸ WEHLING, Arno. *Conjuntura portuguesa e ação econômica no Rio Grande de São Pedro*. In: Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração de Rio Grande (1776-1976). IHGB, Rio de Janeiro, 1979. Pg. 216-243

⁹ MIRANDA, Márcia. *Continente de São Pedro: Administração pública no período colonial*. CORAG, Porto Alegre, 2000. Pg. 143-146; 170.

¹⁰ BENTO, Cláudio. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Grafosul, Porto Alegre, 1976. Pg. 96-106 e *Canguçu: reencontro com a história*. IEL, Porto Alegre, 1983. Pg. 17-20; 24-29

¹¹ MORAES, Carlos. *Feitoria do Linho Cânhamo*. Ed. Parlenda, Porto Alegre, 1994.

territórios para a Coroa e se foram indenizadas ou não.

Também sobre os escravos da Feitoria, Maximiliano Menz escreveu um recente artigo¹² analisando a dinâmica diferenciada dos cativos pertencentes ao Estado.

Ou seja, pouco se tem escrito sobre este estabelecimento, e menos ainda sobre o cativo ali estabelecido, pertencente ao Estado, o que este trabalho pretende resgatar.

Na segunda metade do século XVIII, Portugal enfrentou diversos problemas que ameaçavam a sobrevivência do Império Colonial. As reformas pombalinas durante o período de Dom José I trouxeram progressos, mas não conseguiram inverter totalmente o sentido do comércio que deixava ir embora as reservas metálicas portuguesas. Com a queda de Pombal, sob Dona Maria I, ascendeu uma nova geração que aprofundou as reformas do Império. A política econômica de Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Souza Coutinho foi de modernização e esforço manufatureiro da Metrópole, através da diversificação da produção agrícola e do fortalecimento dos cultivos tradicionais. É em função dessa diversificação de cultivos que o cânhamo¹³ será produzido na América portuguesa.¹⁴

O objetivo da produção de linho cânhamo inseria-se, portanto, na política de diversificação econômica com vistas a uma maior autonomia de Portugal frente a outros países. Para Arno Wehling¹⁵, o fomento a novas culturas estava inserido nos efeitos oriundos da crise econômica enfrentada por Portugal, caracterizada pela queda de lucros, diminuição dos negócios, da produção e dos preços. A substituição de importações teve papel fundamental nessa conjuntura, a qual se subordinou especialmente a produção de cânhamo – que anteriormente era importado de partes da Europa como Espanha, França e Rússia com custos significativos¹⁶.

Segundo o autor, as tentativas de cultivo, sobretudo após a instalação da Feitoria do Linho Cânhamo no Rio Grande de São Pedro, originaram-se de duplo condicionamento: o

¹² MENZ, Maximiliano. *Os escravos da feitoria do Linho cânhamo: Trabalho, conflito e negociação*. Revista Afro-Ásia, nº 32, 2005. Pg.139-158.

¹³ O cânhamo (*cannabis sativa*) é uma planta originária da Ásia central apreciada por sua fibra, considerada mais durável que a do algodão e usada principalmente para confecção de tecidos, velas e cordoarias navais.

¹⁴ MENZ, M. *Os escravos da feitoria... Op. Cit.* Pg. 39-80.

¹⁵ WEHLING, A. *Conjuntura portuguesa... Op. Cit.* Pg. 222.

¹⁶ Em ofício de 1785 o Intendente-Geral da Polícia da Corte e Reino, Diogo Inácio de Pina Manique informa ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o valor gasto anualmente pelo Reino com a compra do linho cânhamo: “1.400.000 cruzados para a compra deste gênero às praças europeias”. AHU-RJ, Projeto Resgate, Doc. 10022.

político, visando consolidar a presença portuguesa na região – acrescentando à pecuária e à agricultura uma nova atividade econômica fixadora, aumentando assim também as rendas locais – e o econômico, a necessidade que Portugal tinha de produzir e ser autônomo em um artigo que pesava negativamente em sua balança comercial.¹⁷ Para Wehling, a alta de preços e o apogeu das medidas fomentistas sobre o linho, na época de Vasconcelos e Resende, coincidem com os estímulos à produção particular e com a instalação da Real Feitoria do Linho Cânhamo no Rio Grande de São Pedro.

Segundo Augusto da Silva¹⁸, a produção de linho deveria abastecer não só o mercado interno da Colônia brasileira, mas também deveria ser exportada para a Metrópole. Visando à autonomia frente à produção do cânhamo e de seus derivados, o estímulo à cultura desta planta em terras coloniais viria a suprir a crescente demanda por matérias primas para a confecção de velas e cordoaria para embarcações, visivelmente em crescimento.

A história do cultivo desta planta no atual Brasil é talvez mais antiga do que se tem imaginado. No ano de 1755 o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire escreve ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, apontando que sementes de linho cânhamo – que estavam no Rio Grande de São Pedro – haviam se estragado e solicita que se mandem barricas da semente afirmando que a terra é própria para o cultivo.¹⁹

No ano de 1778 o Marquês de Lavradio envia Ofício a Martinho de Melo e Castro no qual afirma que:

(...) No Rio Grande de São Pedro houve a plantação deste linho [cânhamo], a qual mostrou sua admirável produção; cresceu de 14 até 15 palmos e alguma obra que se fez com ele dizem-me que fora excelente; isto não foi do meu tempo, tinha sido a primeira experiência feita pela curiosidade de um lavrador no tempo do Conde de Bobadela, o qual estimando muito ver aquele linho se interessou para que se dessem ao lavrador diferentes privilégios que ele requeria, e como não obteve nada desanimou-se o lavrador, e o Conde também pela sua parte não quis mais animar este negócio. No tempo do Conde da Cunha, parece que por recomendações que houveram (sic) se tornou outra vez a bulir neste particular; com muito trabalho apareceu alguma semente, semeou-se, produziu igualmente que o primeiro; colheu-se bastante semente, porém não sei por que causa parou esta plantação: as sementes recolheram-se a um armazém, aonde estiveram uns poucos de anos, até eu chegar;

¹⁷ WEHLING, A. *Conjuntura portuguesa...* Op. Cit. Pg. 229.

¹⁸ SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto bandeira: de bandoleiro a governador – relações entre os poderes privado e público em Rio Grande de São Pedro*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 1999. Pg. 129.

¹⁹ Ofício de fev. de 1755 do governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. AHU-RS, Proj. Resgate, Doc. 95.

que informado do que acabo de repetir, fui alçar a mão a este negócio, porém achei todas as sementes podres e fiquei com os braços atados sem poder dar um passo sobre esta matéria.

Mandei ver se por Espanha me alcançava algumas sementes, o que nunca me foi possível, até o tempo em que passou um navio francês por esta cidade indo para a Índia e constando-me que um oficial levava diferentes sementes de Europa para lá semear, lhe perguntei se trazia também as de linho cânhamo e dizendo-me que sim, lhe disse queria ver alguma para ver se era semelhante com a que nós por cá tínhamos. (...) Estas mandei para a Ilha de Santa Catarina, com a instrução do que se devia fazer; porém como o primeiro que eu pudesse conseguir isso se passaram muitos anos, chegaram as minhas ordens à Santa Catarina a tempo que tudo andava já empregado nos trabalhos da guerra que se esperava.

Fez-se efetivamente a plantação; porém o tempo de se colher foi o da invasão daquela Ilha, onde tudo se destruiu, mas constando-me que um pequeno lavrador de Laguna guardava alguma semente e uma pobre mulher também guardava um pouco de linho, mandei já novas ordens a este respeito, e julgo que quando eu chegar à presença de Vossa Excelência poderei mostrar-lhe alguma produção destes meus trabalhos. (...) ²⁰

A América portuguesa meridional estava nitidamente inserida na proposta de cultivo do cânhamo. Apesar do desinteresse de alguns lavradores e mesmo apesar das invasões espanholas, o Rio Grande de São Pedro era território destinado a esse cultivo, além das tentativas de introdução da planta na Ilha de Santa Catarina e, até mesmo, anos antes, no território português da Colônia do Sacramento – às margens do Rio da Prata.²¹

Segundo Wehling, em 1747 o governador Gomes Freire de Andrade recebeu sementes de cânhamo para plantar na Ilha de Santa Catarina como um dos meios encontrados para fixar a população açoriana recém-chegada na região²². Esta seria a primeira data conhecida que confirmaria a tentativa de cultivar a erva em território luso-brasileiro. Assim, pelo menos 34 anos antes do estabelecimento da Real Feitoria já podíamos avistar a tentativa de implantação de tal cultivo no sul do Império português. O Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Souza, em seu relatório, vinculou o fracasso da tentativa de cultivo de cânhamo entre particulares à impropriedade do terreno, ao desinteresse dos colonos açorianos e às suas dificuldades de adaptação, às más condições das sementes, além de apontar dívidas do Estado com

²⁰ Ofício de 1778 do Vice-Rei do Estado do Brasil, Marquês do Lavradio, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. AHU-RJ, Proj. Resgate, Doc. 9056.

²¹ AHU-RJ, Proj. Resgate, Doc. 1032 – Consulta (minuta) de 1716 do Conselho Ultramarino; & Doc. 1352 – Carta de 1722 do Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, Bartolomeu de Sequeira Cordovil, ao Rei D. João V; Ambas sobre cultivo de cânhamo na Colônia do Sacramento.

²² WEHLING, A. *Conjuntura portuguesa...* Op. Cit. Pg. 233.

lavradores, baixo preço pago pelos seus produtos, cobrança de impostos e o recrutamento militar.²³

Podemos, então, classificar dois períodos distintos de cultivo de cânhamo na América portuguesa. O primeiro momento como sendo um período caracterizado pela tentativa de inseri-lo na lógica de lavradores particulares. O Estado português queria incentivar esta nova cultura agrícola em seus territórios e para isso buscava apoio em seus súditos. Porém, os particulares não se inseriram na mesma lógica proposta pela Coroa e, por diversos motivos combinados, acabam abandonando o cultivo. Já a segunda fase de cultivo do cânhamo pode ser descrita como a fase empreendida diretamente pelo Estado, ou seja, por um estabelecimento real. Este estabelecimento será a Real Feitoria do Linho Cânhamo. Acredita-se que a implantação de um empreendimento estatal no Rio Grande de São Pedro se deva justamente ao fracasso das tentativas realizadas entre particulares. Como o Estado português necessitava estabelecer sua autonomia na produção de fibras de cânhamo para a confecção de cordoaria e velas para a navegação, base do transporte na época, necessitou investir altas quantias para a criação e manutenção de uma Feitoria Real.²⁴

Para Wehling, com a criação da Feitoria do Linho Cânhamo, o governo metropolitano objetivava desenvolver a cultura do cânhamo e, ao mesmo tempo, criar um produtor de sementes a partir do qual a cultura fosse disseminada entre lavradores privados.

1.1 Do Rincão de Canguçu ao Faxinal do Courita: a organização da Real Feitoria do Linho Cânhamo

A fundação da Real Feitoria do Linho Cânhamo foi determinada em 28 de julho de 1783, por recomendações do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos e Souza em carta ao governador do Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara. A Feitoria foi de fato estabelecida em 1º de outubro de 1783 e o local escolhido para instalá-la foi o Rincão de Canguçu próximo à Serra de Tapes e à Lagoa dos Patos, nas imediações da Vila de Rio Grande. Segundo Silva²⁵, a escolha por Canguçu levou em conta as facilidades de produção, transporte e escoamento para o Rio de Janeiro.

Nesse momento, a Feitoria surge como um estabelecimento diverso dentro da estrutura administrativa da Capitania. Foi subordinada diretamente às autoridades superiores da

²³ Relatório do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Souza Apud WEHLING, A. *Conjuntura portuguesa... Op. Cit.* Pg. 233.

²⁴ MIRANDA, M. *Continente de São Pedro... Op. Cit.* Pg. 143-44.

²⁵ SILVA, A. *Rafael Pinto Bandeira... Op. Cit.* Pg. 129.

Colônia e passou por breves períodos de subordinação a órgãos fazendários locais como a Provedoria e a Junta da Fazenda Real. Para reduzir os gastos, as despesas do estabelecimento foram contratadas pelo comerciante José Dias da Cruz que deveria fazer os adiantamentos em dinheiro, recebendo em troca couros extraídos do gado criado na Feitoria para alimento dos escravos e trabalhadores.²⁶ Dessa forma, ainda que subordinada ao Vice-Rei, financeiramente a Feitoria era também administrada por particulares. Esse sistema teria sido utilizado até o final do século XVIII, quando frequentes atrasos dos repasses de dinheiro através do Erário Régio levaram à abolição do contrato e à integração da Feitoria à estrutura fazendária da Capitania.²⁷

Nos momentos iniciais do estabelecimento em Canguçu foi incumbido da organização e administração da Feitoria o padre Francisco Rodrigues Prates Xavier juntamente com o ajudante Francisco Xavier da Cunha Pegado, o Tenente Antônio José Machado de Moraes Sarmento, e os irmãos e soldados do Regimento de Bragança João e Mathias Martins, estes últimos com experiência na Europa em lavouras de cânhamo. Vieram ainda um cirurgião, um capelão, um almoxarife e cerca de 36 escravos oriundos da Fazenda de Santa Cruz - Rio de Janeiro, que formavam 18 casais, 29 crianças filhos destes, além de 11 escravos e 27 escravas de confisco²⁸ e um “moleque” solteiro. Esses escravos teriam seguido junto com o inspetor quando da trasladação do estabelecimento para a região do Rio dos Sinos – e teriam ficado em Canguçu para posterior transferência 3 casais de escravos e seus respectivos filhos, 11 moleques solteiros e mais 4 escravos pertencentes ao confisco.²⁹

Em 1788, o inspetor do estabelecimento, junto com o Coronel Rafael Pinto Bandeira, passou a examinar novos terrenos para estabelecer a Feitoria. Escolhido o local, foi determinada a mudança para o Faxinal do Courita, às margens do Rio dos Sinos.³⁰ Os motivos da transferência do Rincão de Canguçu para o Faxinal ainda são um tanto controversos, sendo necessário perceber até que ponto a transferência era de interesse estatal – em busca de terras realmente mais férteis e/ou de maior segurança; ou se era fruto de interesses de particulares. Segundo Silva³¹, o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, após assumir o governo interino da

²⁶ Além da produção de cânhamo, para auxiliar no sustento da Feitoria e na alimentação de seu pessoal, foi autorizada a formação de uma estância utilizada para extração de carne e couro e uma roça de provimentos. Conforme BENTO, Claudio. *Canguçu: reencontro com a história*. IEL, Porto Alegre, 1983. Pg. 25.

²⁷ MIRANDA, M. *Continente de São Pedro... Op. Cit.* Pg.144.

²⁸ Os escravos “de confisco” são escravos que o Estado confiscou de alguma espécie de contrabando ilegal, no caso da Feitoria vindos de regiões da África, tornando-os patrimônio do Estado sob suas ordens.

²⁹ Carta de 1788 do inspetor Antônio José Machado de Moraes Sarmento ao Vice-Rei - reproduzida In: MORAES, C. *Feitoria do linho... Op. Cit.* Pg. 79-84.

³⁰ Ver mapa da região onde se estabeleceu a Feitoria em Anexo I, Pg. 51.

³¹ SILVA, A. *Rafael Pinto Bandeira... Op. Cit.* Pg. 130.

Capitania – em janeiro de 1784 – passou a interferir diretamente na administração da Feitoria, especialmente dando conselhos sobre a sua transferência. A justificativa que ele dá a Luís de Vasconcelos para a transferência é a seguinte:

Ainda que Vossa Excelência não me pede informação, nem as sublimes luzes, e grandes conhecimentos de Vossa Excelência necessitarão arbítrio de um pequeno discurso, assim mesmo, Excelentíssimo Senhor, com o mais profundo respeito, sou obrigado a dizer aquilo mesmo que me parece será mais útil e mais seguro para a Real Feitoria. Considero, meu Excelentíssimo, que este importante e novo ramo de comércio fará grande ciúmes a nossos vizinhos. O estabelecimento está muito exposto à primeira mão nesta fronteira, e em tal parte de não poder se defender. Não será o meu parecer de suspender daquele lugar o que está feito, antes conservar ali mesmo a criação de gado e uma correspondente lavoura; porém o grande estabelecimento, quanto a mim, Excelentíssimo Senhor, deveria ser no centro deste Continente, nas margens do Rio dos Sinos, donde não faltarão nem para o futuro as melhores terras de mato. Queira a bondade de Vossa Excelência perdoar meu excesso, persuadir-se que nasce do grande desejo que tenho do adiantamento da Real Feitoria, em que Vossa Excelência tanto se interessa e na segurança de um tão importante objeto.³²

A historiografia tem creditado essa transferência, na maioria das vezes, ao solo infértil que o Rincão do Canguçu proporcionaria à cultura do cânhamo. Outra hipótese acerca dos motivos de transferência seria a de que a Feitoria encontrava-se estabelecida, assim como aponta Pinto Bandeira, em um local de beligerância, ou seja, um espaço de fronteira que era constantemente ameaçado pelos vizinhos. Sua proximidade com a Vila de Rio Grande, palco de diversas disputas entre portugueses e espanhóis, poderia tornar a Feitoria vulnerável e desprotegida – pondo em risco os avultados investimentos da Coroa.

O inspetor Morais Sarmiento e o Brigadeiro Pinto Bandeira visitaram³³ as terras que se tornariam palco da nova sede da Real Feitoria e Luís de Vasconcelos, sabendo que ocorriam permanentes problemas de deserção de funcionários e escravos, acabou cedendo aos conselhos do Coronel Pinto Bandeira e transfere a Feitoria.

A Feitoria seria então transferida para um terreno que ficava junto à Estância do

³² Carta de 1784 de Rafael Pinto Bandeira a Luís de Vasconcelos – Transcrita em: SILVA, A. *Rafael Pinto Bandeira... Op. Cit.* Pg. 130.

³³ “No dia 2 do corrente mês chegou a esta vila o tenente Antônio José Moraes Sarmiento, inspetor da Real Feitoria do Linho Cânhamo que por ordem de Vossa Excelência havia ido aos faxinais do Courita fazer os exames necessários em companhia do coronel Rafael Pinto Bandeira (...)” Correspondência de Ribeiro da Costa de 16/06/?? [anterior a setembro 1788] - informa ao vice-rei - transcrita In: MORAES, C. *Feitoria do Linho... Op. Cit.* Pg. 289.

Gravataí, de propriedade do Coronel Pinto Bandeira desde a morte, em 1781, de sua mãe – Dona Clara Maria de Oliveira.³⁴ A realização efetiva da transferência da Real Feitoria para o Faxinal poderia significar para Rafael uma grande valorização de sua propriedade.

Após a aprovação do local, a mudança da Real Feitoria do Linho Cânhamo foi então iniciada em 25 de setembro de 1788. Por motivo de avultadas chuvas, apenas no dia 14 de outubro é que chega ao Faxinal o inspetor Morais Sarmiento que narra a travessia de transferência:

Como sucedesse logo, na passagem desta insignificante travessia da Lagoa [dos Patos] experimentas as inconstâncias do tempo, foi impossível o vencer-se a referida passagem ao dito porto de São Caetano antes do dia 24 do dito mês de setembro, em cujo mês embarquei no dito lugar com 18 casais de escravos de Sua Majestade, 29 crianças filhos dos mesmos, 11 escravos de confisco, 27 escravas do mesmo, um moleque solteiro peão do campo, dois feitores e um soldado Dragão do destacamento para aplicar às diligencias da manhã, a ferramenta competente e o necessário munício para sustento no decurso da dita marcha; ficando no porto de Canguçu para seguir embarcado 360 alqueires de semente ensoroada (sic), alguns canos, ferraria e muitas coisas pertencentes à Real Feitoria, que a sua aplicação podia admitir maior demora. Em 25 do mencionado mês de setembro dei princípio à dita marcha em que gastei (incluindo seis dias que de forma nenhuma me foi possível caminhar por causa das copiosas chuvas e inundações de campos e rios) o tempo que medeia até 14 de outubro que entrei neste Faxinal do Courita.³⁵

Estabelece-se a Feitoria às margens do Rio dos Sinos. No Faxinal do Courita, a organização básica e a proposta do estabelecimento se mantiveram as mesmas, através das administrações sucessivas de inspetores nomeados como inicialmente em Canguçu o padre Francisco Rodrigues Xavier Prates, e Francisco Xavier da Cunha Pegado, Antônio de Morais Sarmiento – encarregado da mudança de local, Padre Antônio Gonçalves Cruz (antes Capelão) que teria sido supostamente assassinado por um dos escravos³⁶, Tenente José Manuel Antunes Frota e por fim José Tomás de Lima, último inspetor.

³⁴ SILVA, A. *Rafael Pinto Bandeira... Op. Cit.* Pg. 131.

³⁵ Inspetor Morais Sarmiento narra para o Vice-Rei a travessia de transferência em carta de 1788. Transcrito In: MORAES, C. *Feitoria do Linho... Op. Cit.* Pg. 26 e 35.

³⁶ AHU-RS, Proj. Resgate, Doc. 795 – Decreto de 1815 do príncipe regente D. João nomeando o novo inspetor, José Manuel Antunes da Frota, que já tinha experiência no cultivo de linhaças em diferentes capitanias. O príncipe considera que, com o assassinato do antigo inspetor Pe. Cruz, “(...) terá chegado ao maior auge de desordem e decadência aquele tão importante estabelecimento.”

Capítulo 2 – A distante voz do dono: a relativa autonomia dos cativos da Real Feitoria do Linho Cânhamo

Na lógica produtiva da Real Feitoria é possível dividir dois rendimentos: um externo, a plantação do cânhamo, que era realizada para o mercado e outro interno, os cultivos de subsistência dos próprios escravos e trabalhadores que deveria ser a base da sobrevivência do estabelecimento³⁷, com suas roças e a estância de gado, como proposto desde sua fundação:

(...) procurará Vossa Mercê dirigir os trabalhos da Feitoria com uma distribuição proporcionada aos seus diferentes serviçais. Estes dependem de sua inalterável disposição, regulada tanto para a lavoura principal do cânhamo que deve fazer o fundo do rendimento externo da mesma Feitoria, como dos mantimentos que se consomem com a subsistência de todos os indivíduos que devem ser a outra parte do seu rendimento interno, poupando-se e evitando-se deste modo as despesas que a Fazenda Real precisamente deve fazer.³⁸

Observando tal aspecto é possível notar um ponto considerado como fundamental para o entendimento da economia escravista moderna, ou seja, a divisão entre um mercado e uma “retaguarda natural”. Parte da produção da Real Feitoria, ou seja, parte da *plantation* estava fora do mercado ao qual efetivamente se destinava.

Assim, no tempo em que a plantação central não necessitava de cuidados diretos, a economia de retaguarda poderia florescer significativamente tomando o lugar do cultivo principal e fornecendo assim produtos agrícolas excedentes abastecendo os mercados locais sendo que, com alguma sorte, os escravos poderiam controlar o setor de subsistência da fazenda e vender seu excedente.³⁹

Na Feitoria, porém, ficava completamente proibida a venda dos produtos da economia “natural” por “*serem indispensáveis para o sustento, evitando-se também com esta proibição o pouco adiantamento que pode ter a lavoura de cânhamo sendo os trabalhos aplicados a esta qualidade de comércio*”⁴⁰, estabelecendo-se assim um típico regime de *plantation*.

É fato que ao nomear feitores soldados, muitas vezes formados na Europa, primando pelo conhecimento deles no cultivo de cânhamo, Luís de Vasconcelos tinha uma atitude acertada quanto à administração econômica da Real Feitoria, ou seja, acertava na produção

³⁷ MENZ, M. *Os escravos da feitoria... Op. Cit.* Pg. 142.

³⁸ AHRS, RFLC, Maço Único, Cópias de ofícios do Vice-Rei - 1783.

³⁹ MENZ, M. *Os escravos da feitoria... Op. Cit. Idem.*

⁴⁰ AHRS, RFLC, Maço Único, Cópias de ofícios do Vice-Rei - 1783.

para o mercado. No entanto, errava na administração doméstica de seus escravos, pois ao analisarmos uma “bem sucedida” administração doméstica de escravos, os inspetores dependiam diretamente da colaboração dos feitores que deveriam ter o respeito dos escravos; e por isso a maioria dos feitores era de cativos ou libertos que conheciam de perto o mundo da senzala.⁴¹ Desse modo, os soldados europeus dificilmente teriam o conhecimento e o tato necessários para regular este trabalho escravo, ao mesmo tempo em que deveriam entender pouco dos cultivos da terra necessários à subsistência, ficando esta parte da produção dependente unicamente dos esforços cativos. Além disso, houve períodos em que o próprio inspetor Moraes Sarmiento, destinado à administração da Real Feitoria, estava ausente do local – não residindo continuamente no estabelecimento, o que poderia indicar que a autoridade central ficava destinada unicamente a esses feitores.⁴²

Segundo Menz, essa inexperiência dos feitores acaba por contrastar com a experiência significativa dos escravos trazidos para trabalhar na Real Feitoria, pois eles pertenciam à Real Fazenda de Santa Cruz - Rio de Janeiro, estabelecimento adquirido pela Coroa com a expulsão dos jesuítas em 1759. Luiz Alencastro⁴³ considera fundamental para a constituição do escravismo o fato do escravo ter sido “arrancado” de sua comunidade original, ser dessocializado para então ser ressocializado em um mundo novo, o da *plantation* – o que não teria acontecido no caso da Feitoria.

Os jesuítas teriam incentivado os casamentos entre os escravos, garantindo certa estabilidade e solidariedade interna. Após tornarem-se patrimônio do Estado – “escravos de Sua Majestade” – a autonomia desses cativos pode ter aumentado na medida em que acabavam escapando do tráfico e sua venda dependeria da burocracia lusa. Além disso, o Vice-Rei queria evitar despesas e o crescimento daquela escravaria acabava sujeito à própria reprodução, o que ajudaria na formação de famílias e na coesão e solidariedade entre os cativos.

A Feitoria, ao que parece, sofria de uma série de indecisões administrativas e diversos problemas que permitiriam o não cumprimento de ordens, e que os escravos fossem assim impondo a sua própria administração. O inspetor Moraes Sarmiento relata o seguinte:

(...) os cativos vivem atualmente empregados, cansando-se mais no aumento de suas roças do que na cultura do cânhamo (...). E com o produto de suas

⁴¹ MENZ, M. *Os escravos da feitoria... Op. Cit.* Pg.142-23.

⁴² AHRS, RFLC, Maço Único, Minuta de nomeação do inspetor Antônio Gonçalves Cruz - 1801.

⁴³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo, Companhia das Letras, 2000. Pg. 144.

lavouras faziam negociações chegando ao ponto de obterem a permissão para com ampla liberdade, para a compra e conservação de cavalos próprios.⁴⁴

Além disso, Porto Alegre era muito próxima o que no “tempo morto” da produção de cânhamo permitia que os inspetores alugassem trabalhadores⁴⁵ que passavam assim a frequentar com certa liberdade a sociedade porto-alegrense e os núcleos políticos importantes do Antigo Regime, aproveitando para vender na cidade o produto da sua roça, construindo assim uma rede de interesses.

No citado relatório, Sarmiento queixa-se da intervenção de Rafael Pinto Bandeira, governador interino, que havia proibido os castigos aos escravos: esses castigos não poderiam ser feitos na Feitoria, mas somente em Porto Alegre. Atitude esta que, segundo Sarmiento, fazia com que faltasse a “*subordinação escrava, respeito e terror.*” Ou seja, retirava do inspetor e dos feitores o poder de exercer a violência privada e fazia desaparecer os principais “estímulos” ao trabalho metódico, uma das bases do regime de escravidão.

Na administração de Padre Cruz, era necessário resolver o problema da ocupação dos escravos em suas produções particulares destinadas ao comércio:

(...) criminosa distribuição dos trabalhos e fainas dos escravos ocupados não na produção e cultura do linho cânhamo, (...) mas em extraordinárias roças e outros serviços lucrativos para o seu particular (...) a saber aparentemente necessidade de deixar continuar os escravos na desordem de cultivar extraordinárias roças de farinha, milho, feijões, abóboras, algodão e até arroz, sem ser para o comum e muitas delas nem para o particular dos próprios escravos, debaixo do [frívolo] e afetado pretexto de tirarem delas parte do seu sustento (...)⁴⁶

De fato a atitude de querer redistribuir as ocupações não significava o fim da retaguarda natural, mas significava “*proibir aos escravos o cotidiano tráfico de suas roças e com mais especialidade o que praticam no domingo e dias santos*”⁴⁷ e em troca dever-se-ia instituir apenas um dia da semana, o sábado, como dia de feira para que os escravos pudessem

⁴⁴ AHRS, RFC, Maço Único, Relatório do Inspetor Antônio José Moraes Sarmiento – 1798.

⁴⁵ Há registros de escravos de Sua Majestade servindo no: hospital de Porto Alegre; no serviço da Marinha em Porto Alegre; em Porto Alegre fazendo carvão; em Porto Alegre em serviço de salário; em Rincão de SAR e no hospital de Rio Pardo; em casa de deputado da Junta; em Santa Catarina; em casas de particulares; mulheres servindo como amas de leite; homens como aprendizes do trem; servindo nos Armazéns; servindo no Palácio; servindo na Intendência; na casa da Junta. AHRS, RFLC, Maço Único, José Tomás de Lima – 1822 & AHRS, RFLC, Maço Único, Tenente Joaquim Maria da Costa Ferreira -1814. No ano de 1822 as receitas de alugueis de escravos empregados era de 838\$400 – AHRS, RFLC, Maço Único, José Tomás de Lima – 1823.

⁴⁶ AHRS, RFLC, Maço Único, Minuta de nomeação do Inspetor Antônio Gonçalves Cruz – 1801.

⁴⁷ AHRS, RFC, Maço Único, Documento sem nome e sem data - Causas da decadência da RFLC.

ter dinheiro para a compra de roupas e não fossem vender seus excedentes várias vezes por semana nem “*ajuntar somas para aumentar o luxo e nutrir vícios*”⁴⁸, sendo preciso acabar com a ociosidade entre eles, com o comércio com forasteiros e libertinos, mandando os escravos que estavam servindo em outras casas e os que estavam dispersos serem recolhidos. Padre Cruz acabou sendo assassinado, supostamente por um escravo, por ter implantado uma dura rotina de açoites.

O grau de relativa autonomia dos cativos da Feitoria pode ser destacado por dois episódios interessantes. O primeiro deles é o momento em que alguns escravos haviam fugido da Feitoria para fazer um requerimento ao governador contra o inspetor. Padre Cruz solicita no lugar do soldado Maurício Soares que desertou outro soldado – pede Joaquim José que teria “*gênio para dirigir escravos e inclinação a roças*”, pois

Os escravos da fazenda depois que foram apresentar a S. Exa. o seu requerimento e se recolheram apadrinhados tem ficado tão revoltosos (principalmente cinco dos cabeças) que não há dia algum que não façam movimentos.

Teriam sido “apadrinhados” por brancos, possivelmente influentes na sociedade porto-alegrense. E continua:

Eu estou com tal desgosto que há três noites que não durmo com motim, bailes e fandangos, coisa que nunca usavam, do dia de domingo em diante que daqui desapareceu o escravo Manoel José que ontem me avisou um sujeito que se achava nesse Porto [Alegre] e que todas as noites ia ao palácio aonde, me segurava, já tinha patrono e que tinha formalizado novo requerimento. Eu ainda que queira subjugar os cabeças e dar-lhes castigo, tenho pouca gente e temo o levante, o melhor seria o que cuja expõem a Sua Excelência retenha em prisão o que lá for com requerimentos orgulhosos e cheios de escândalo e descrédito, como o outro, e depois de conhecida a verdade e qualidade da representação quem merecer castigo sofrê-lo.⁴⁹

Os escravos estavam confiantes na vitória do conflito que tinham com o inspetor e realizavam motins, bailes e fandangos para aterrorizá-lo. É interessante notar que eles fizeram isso por pelo menos três noites, sendo que de fato nada foi feito para que cessasse a insubordinação ou pouco tenha sido feito, sem sucesso, já que o administrador da Feitoria,

⁴⁸ *Idem.*

⁴⁹ AHRS, RFLC, Maço Único, Pe. Antônio Gonçalves Cruz – 1803.

autoridade local máxima, alegava ter pouca gente para subjugar os escravos e tinha medo do levante. Ao que parece também tinha receio do requerimento no qual certamente os escravos faziam contra o feitor e/ou à administração do estabelecimento real. É provável que esses cativos estivessem a forçar a demissão do feitor ou o fim das reformas aplicadas por Pe. Cruz no estabelecimento. Atuavam, para isso, no campo legal, com a formulação de um requerimento, mas também fora dele, com pressões e intimidações aparentemente bem sucedidas.

O escravo Manoel José, citado pelo padre, estava então em Porto Alegre em busca de apoio para a sua causa, ao entender no Palácio do governador. Aparentemente o dito escravo tinha relações com pessoas influentes na administração colonial – em 1814 ele consta como trabalhador na Fazenda Carvão em Porto Alegre.⁵⁰ O “preto” Manoel José foi preso e Pe. Cruz agradeceu essa prisão pedindo que o escravo fosse mantido em cárcere até que ele encontrasse *“um meio de levar algum castigo moderado para exemplo dos mais”*⁵¹

Um segundo episódio no qual os escravos demonstraram novamente sua força, e digno de destaque, foi quando, de acordo com o inspetor, no ano de 1822 todas as noites os escravos iam roubar gado da Feitoria que era prontamente vendido, o que denota contatos comerciais da escravaria com a sociedade local. Para dar fim a isso, o inspetor diz:

Mandei a noite passada alguns soldados do destacamento prender aqueles que eu tinha certeza eram os principais roubadores. Contudo não se entregaram eles à prisão entrando em suas senzalas saíram armados e assim atacaram aos soldados que se retiraram ao quartel. Tendo eu parte disto, ajuntei todo o destacamento e fui com ele diligenciar a prisão dos levantados, que vendo a nossa resolução e estando o partido mais engrossado, e até instigado pelas mulheres que gritavam que nos matassem, saíram ao nosso encontro armados e dirigindo-me ameaças e injúrias, nos atacaram fortemente, levando eu uma bordoadada em um braço e um camarada muitas de que está em perigo. Conhecendo a desproporção e vendo que se ia tornando mais sério o caso, retirei-me com o Destacamento.⁵²

O destacamento da Feitoria tinha sido criado exclusivamente para manter a ordem da escravaria.⁵³ Bem se vê que não conseguia cumprir sua finalidade, já que os soldados se retiraram enquanto os “pretos” saíam armados, provavelmente com seus instrumentos de

⁵⁰ AHRS, RFLC, Maço Único, Joaquim Maria da Costa Ferreira – 1814.

⁵¹ AHRS, RFLC, Maço Único, Pe. Antônio Gonçalves Cruz – 1803 & AHRS, RFLC, Maço Único – 1803.

⁵² AHRS, RFLC, Maço Único, José Tomás de Lima – 1822.

⁵³ AHRS, RFLC, Maço Único, José Manoel Antunes da Frota – 1816.

trabalho, atacando os soldados. A tentativa de prisão dos negros atçou toda a escravaria, inclusive as mulheres, demonstrando a solidariedade e força das famílias e das relações.

Ficava clara a solidariedade da escravaria e que essa população criava vínculos. No ano de 1786, ainda em Canguçu, o ajudante inspetor Francisco Pegado elenca que existiam na Feitoria 21 casais de escravos de Sua Majestade. A referência a casais deixa implícito que provavelmente a transferência do Rio de Janeiro para Canguçu tenha privilegiado a vinda de casais já formados. Relata ainda que vieram também 4 filhos desses casais, o que demonstra que não vieram só os casais como também seus filhos, ou seja, famílias aparentemente “completas”. Refere-se que nasceram na Feitoria 17 crianças desses casais e que havia ainda 12 escravos solteiros de menor idade que já trabalhavam.⁵⁴ Em 1792, já às Margens do Rio dos Sinos, Rafael Pinto Bandeira “ordena” que se receba na Feitoria seis escravos vindos da Fazenda de Santa Cruz.⁵⁵ No ano anterior, o Brigadeiro já havia mandado “*dar vinte ou vinte e cinco casais da Fazenda de Santa Cruz aonde há perto de mil e oitocentos*”⁵⁶. Não sabemos se de fato estes escravos tenham vindo para a Feitoria, mas pelo menos aparentemente os escravos continuavam a vir para o Rio Grande de São Pedro conforme a necessidade ou conforme os desejos do Brigadeiro Comandante do Continente.⁵⁷

No momento da transferência para o Faxinal do Courita, em 1788, havia 18 casais com 15 sobrenomes distintos e mais 3 casais que ficaram em Canguçu para os últimos acertos da mudança, totalizando 21 casais, 42 escravos. Destes 15 sobrenomes, cinco não constam no inventário de 1824, são eles: Lima, Teixeira, Ancheta, Gomes e Santiago. Segundo Menz, a explicação para este “desaparecimento” pode variar: há nomes similares em 1824 que não constam na lista de 1788: Lima-Lemos, Teixeira-Siqueira, o que pode significar erro dos escrivães e algumas dessas famílias podem não ter constituído linhagem até 1824 e outras podem ter sido transferidas. No ano de 1824 aparecem novas linhagens, ao todo 32, sendo 47 famílias e cinco sem sobrenomes.⁵⁸

Em 1824, momento da extinção do estabelecimento, os escravos de Sua Majestade deveriam ser enviados de volta à Corte do Rio de Janeiro. Em lista nominativa, consta um total de 324 escravos⁵⁹ que estavam sendo remetidos ao Rio, embora alguns possam ter ido

⁵⁴ AHRS, RFLC, Maço Único, Relação do Estado da Feitoria. Francisco Xavier da Silva Pegado – 1786.

⁵⁵ AHRS, RFLC, Maço Único, Cópias de Cartas, Contas, Antônio José Machado Moraes Sarmiento – 1792.

⁵⁶ AHU-RS, Proj. Resgate, Doc. 252. Ofício do comandante do Rio Grande de São Pedro Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro – 1791.

⁵⁷ É preciso observar que mesmo que estes escravos tenham vindo para a Feitoria, essa trasladação é distinta do tráfico, uma vez que os escravos que aqui estavam também haviam vindo do mesmo local, a Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro.

⁵⁸ MENZ, M. *Os escravos da feitoria...* Op. Cit. Pg. 154-155.

⁵⁹ AHRS, RFLC, Maço Único, Relações de Escravos para o Rio de Janeiro, Nº 1 a 24 - 1824-1825.

antes e outros possam ter permanecido no estabelecimento Real para ir posteriormente. Neste documento é possível evidenciar um momento bastante claro em que a remessa de escravos respeitou a conformação familiar, mandando quatro famílias com marido, mulher e respectivos filhos; um núcleo familiar com viúva e filhos e outro com um viúvo e seus filhos.⁶⁰ Anos antes da remessa final de escravos, a presença e o respeito à formação de famílias pode ser demonstrada:

(...) Querendo cumprir a determinação que por esse governo me foi comunicada (...) sobre a remessa que devo fazer dos escravos desta feitoria – a mulher e filhos de Manoel de Jesus – encontro dificuldade se deve também acompanhar esta família o citado Manoel de Jesus – visto ir sua mulher e filhos, a fim de seguirem para o Rio de Janeiro, e como na Portaria em que se me intima essa remessa se menciona somente a mulher e filhos daquele escravo, desejo saber sobre isso a pronta instrução (...)⁶¹

Salta aos olhos a preocupação do inspetor da Feitoria em enviar a família completa ao Rio de Janeiro sem desconsiderar sua configuração. Ao que parece, até 1824 a família de Manoel Jesus ainda não havia sido enviada ao Rio e a preocupação com a questão familiar persistia:

(...) me comunica a determinação de Sua Majestade o Imperador (...) para serem transferidas as famílias dos escravos existentes nesta Feitoria e pertencentes a Narcisa Ferreira, Manoel de Jesus e João da Mata, da maneira que nominalmente consta da relação que veio anexa (...) recomendando que as referidas famílias sejam sucessivamente conduzidas para essa cidade.(...) Convém antes de cumprir como devo esta Imperial Determinação ponderar a V. Exa. que achando-se alguns indivíduos destas famílias que na relação são enumerados como filhos, já casados e com filhos (o que sem dúvida seria ainda ignorado pelos que declararam os nomes das ditas famílias), devo ser inteligenciado se as mulheres e filhos de tais indivíduos os devem acompanhar para a Corte do Império (...)⁶²

A resposta do Presidente da Província foi a de enviar, sim, as mulheres e filhos que não estavam anteriormente na relação, sendo que a primeira família a seguir ao Rio foi a do citado João da Mata, em número de 16 pessoas. O inspetor sugeriu, então, que seguiria a

⁶⁰ AHRS, RFLC, Maço Único, Relações de Escravos para o Rio de Janeiro, Nº 24 – 1825.

⁶¹ AHRS, RFLC, Maço Único, José Tomás de Lima – 1822.

⁶² AHRS, RFLC, Maço Único, José Tomás de Lima – 1824.

mesma regularidade de respeito às famílias nas remessas seguintes de escravos.⁶³

A autonomia desses cativos se torna evidente nos pontos aqui destacados, mas continua sempre a ser relativa, uma vez que podemos identificar uma clara rotina escrava estabelecida. Certamente estes homens e mulheres submetidos a um regime de trabalho compulsório estabeleceram uma teia de relações sociais com outros membros da comunidade escrava. Os agrupamentos em famílias são as pistas mais visíveis que temos para afirmar que a convivência desses cativos não se dava ao acaso, de modo desordenado e aleatório. A “distante voz do dono” ampliava essa autonomia que se criava na Feitoria e pode ter ajudado significativamente a consolidar e fortalecer a comunidade negra, cujos principais sustentáculos eram as famílias, vale dizer, extensas.

A ausência de um dono para esses escravos, sua relativa autonomia, sua relação de nítida solidariedade, a ausência de um feitor conhecedor das senzalas e uma série de outras questões tornavam os escravos da Real Feitoria do Linho Cânhamo cativos distintos, “escravos de Sua Majestade”, os escravos sem um dono passível de transmitir a eles a coerção de uma autoridade presente e real deixando claro que a Real Feitoria não era uma empresa escravista típica, especialmente pelo fato da mão-de-obra escrava estar desvinculada do tráfico negro e baseada, sobretudo, em sua reprodução interna.

O fracasso do projeto estatal de desenvolver a cultura de cânhamo no Rio Grande de São Pedro foi evidente. Poderíamos considerá-lo, como sugerem alguns autores, aos solos impróprios, a inexperiência de cultivo, às falhas e à desorganização administrativa, entre outros motivos. Contudo, nos apoiamos nas perspectivas apontadas por Menz quando afirma que foi a luta dos escravos que deu conteúdo a essas causas secundárias. Para ele, os escravos de Sua Majestade souberam usar todos esses problemas apresentados pelo estabelecimento Real para, de alguma maneira, inviabilizar o regime de *plantation* ao qual estavam submetidos. Concordamos que a condição desses escravos, principalmente o fato de serem escravos do Estado, junto à tradição de se organizarem e viverem em famílias estáveis, não apenas consanguíneas, permitiu uma forte solidariedade e relativa autonomia que pode ser explicitada nos momentos em que entravam em conflito com os administradores.⁶⁴

⁶³ AHRS, RFLC, Maço Único, José Tomás de Lima – 1824.

⁶⁴ MENZ, M. *Os escravos da feitoria... Op. Cit.* Pg. 157.

Capítulo 3 – O sagrado profano: a dualidade do batismo e o papel dos laços de compadrio

A sociedade que se constitui no Rio Grande de São Pedro ao longo do século XVIII estava pautada por costumes e valores do Antigo Regime português. Esses valores se refletiam tanto nos planos material e social quanto no plano simbólico. A doutrina católica era dominante no Reino – o que se refletia nitidamente nas colônias ultramarinas.

De acordo com o dogma católico, o ser humano nasce impuro, vinculado ao pecado original. Para libertar-se deste pecado, que se impõe desde o nascimento, seria necessário à criança um renascimento espiritual em busca da purificação. Essa é a função do batismo, o primeiro dos sete sacramentos da Igreja Católica – e assim a criança batizada renasceria no mundo espiritual.

Mas não bastava renascer. Era preciso que, para isso, houvesse outra filiação, uma filiação espiritual que seria a função e o papel dos padrinhos que se tornavam pais espirituais do rebento e por consequência compadres – irmãos espirituais dos pais biológicos. Dessa forma, os padrinhos estabelecem laços imateriais não só com seus afilhados, mas também com seus compadres.⁶⁵

O batismo e os vínculos que estão intrínsecos a ele possuem duas faces: a face espiritual, voltada para a esfera do sagrado e outra, voltada para a esfera do profano – das relações sociais. O batismo católico une batizando e padrinhos, cria uma relação espiritual, representa uma associação ou solidariedade. Além disso, representa a associação à igreja e a igualdade, como cristão e como pessoa, em relação ao outro; o vínculo espiritual do padrinho com o afilhado é também inserido e projetado em um dado contexto social – são sempre mais que apenas parentes espirituais.

Assim, consideramos que o compadrio amplia a família, é uma forma de parentesco “fictício”⁶⁶, é uma maneira de vincular pessoas entre si, é um sistema de signos e tem pelo menos dois significados: o religioso-católico, que provém do batismo produzido pela igreja entre indivíduos que, por sua vez, carregam esse significado para fora da instituição projetando o compadrio dentro do ambiente social, tendo um significado e uma funcionalidade dentro de um contexto específico.⁶⁷

⁶⁵ HAMEISTER, Martha. *Para dar calor... Op. Cit.* Pg. 185-214.

⁶⁶ Embora a bibliografia consagrada tenha considerado o termo “parentesco fictício” para caracterizar as relações de compadrio, bem sabemos que a rigor o compadrio se trata de um parentesco que não é de fato fictício para as pessoas que viviam essas relações.

⁶⁷ GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos*

Dessa forma, o compadrio estabelece solidariedade mútua e relações sociais em que o vínculo se reveste de hierarquias e diferenças, podendo ser usado para reforçar laços de parentesco já existentes, solidificar relações com pessoas de classe social semelhante ou ainda estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais, sendo entendido dentro de uma sociedade escravista como revelador de aspectos da relação senhor-escravo e do próprio contexto sócio-político.

3.1 – E quem disse que escravo tem escolha? E quem disse que escravo tem compadre?

O ano de 1933 é considerado um marco na historiografia sobre escravidão, pois é neste ano que se dá a publicação do clássico *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre⁶⁸ que rompia com a ideia defendida por uma historiografia do final do século XIX e início do século XX, de que os fatores raciais eram uma condição do negro. O principal interesse de Freyre foi a repercussão dos escravos e de sua cultura na formação da família e, por intermédio dela, de toda a sociedade do Brasil. A obra de Freyre abriu espaço para ir além dos fatos, pois buscava apresentar a natureza das relações sociais e da escravidão americana. Ele abriu o leque de estudos e foi após seu trabalho que a escravidão e os negros ganharam papel fundamental no relato histórico do Brasil.

Grande parte das críticas a Freyre, nas décadas de 50 e 60, provinha de sociólogos da chamada Escola Paulista, fortemente influenciados por teorias marxistas e preocupados com a repercussão do escravismo no desenvolvimento geral da economia brasileira. A nova corrente seria representada por Florestan Fernandes, analisando as relações sociais, por Emília da Costa com estudos sobre a escravidão em São Paulo, Octávio Ianni sobre o Paraná e especialmente por Fernando Henrique Cardoso – que deu atenção à escravidão no sul do Brasil⁶⁹. Esses estudiosos renovaram a discussão sobre o uso da mão-de-obra escrava em nosso país ao romper tanto com a visão romântica que defendia a existência de certa harmonia nas relações entre senhor-escravo, como com a que enxergava na servidão uma forma de feudalismo, questionando o mito da democracia racial e abrindo novos caminhos para a compreensão e investigação do papel e do status do indivíduo de ascendência africana.

A partir das comemorações de 1988 - centenário da abolição da escravatura no Brasil, surge uma abundância de artigos e novos estudos, o que gera uma série de revisões e

na *Bahia no século XVIII*. In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1988. Pg. 33-59.

⁶⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Global, São Paulo, 2006.

⁶⁹ CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Paz e Terra, São Paulo, 1961.

reavaliações sobre o assunto escravidão. O centenário foi responsável pelo lançamento de um novo olhar sobre a escravidão brasileira, reavaliando as três décadas anteriores de estudos produzidos sobre o tema.⁷⁰

Embora Freyre tenha dito muito sobre o escravo dentro da família patriarcal do senhor, procurado examinar a repercussão da escravidão na família brasileira, os estudos recentes tem se concentrado na *família escrava* propriamente dita. No início da década de 80, ainda estavam presentes na historiografia alguns estereótipos sobre a família, a instituição e as condições da escravidão. As famílias escravas eram descritas como fragmentadas, com um só genitor e sem a presença de um homem adulto, seriam caracterizadas pela instabilidade, as escravas não teriam honra sexual, os escravos seriam promíscuos – se “juntavam”, mas não se casavam e dessas relações nasciam filhos ilegítimos. Nessa perspectiva, os escravos não teriam capacidade de tomar decisões, não possuíam um conjunto estabelecido de valores, crenças e costumes.⁷¹ A historiografia sobre *família escrava* no Brasil aumentou bastante e tem oferecido uma boa cobertura geográfica, e o que mais se tem observado nestes estudos é que a natureza e a composição dos lares escravos podem ser específicas de épocas e regiões.

O trabalho realizado por Gutman⁷² foi significativo para um melhor entendimento das famílias escravas, especificamente no contexto dos Estados Unidos, mas que influenciou os demais estudos sobre o tema no Brasil. O autor afirma que, nos EUA, os escravos mantinham crenças e valores que orientavam o comportamento doméstico e que a atividade sexual não era sintoma de licenciosidade sexual. Os casamentos eram estáveis e permanentes, a família escrava típica tinha pai e mãe.

Há outros trabalhos significativos, como o de Graham⁷³ sobre uma lavoura atipicamente grande, a Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, no qual confirma a estabilidade da família escrava construída em torno de homem e mulher. Também Samara⁷⁴ e Marcílio⁷⁵ analisaram a estrutura doméstica e o papel do escravo nela, questionando o patriarcalismo e a condição da mulher, entre outros aspectos.

Além destes, dois principais estudos estão em pauta para a pesquisa sobre *família*

⁷⁰ RUSSELL-WOOD, A. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005. Pg. 22.

⁷¹ *Idem*. Pg. 236, 298.

⁷² GUTMAN, Herbert. *The Black Family in Slavery and Freedom (1750-1925)*. Vintage, New York, 1976.

⁷³ GRAHAM, Richard. *Slaves Families on a Rural Estate in Colonial Brazil*. In: Journal of Social History, v. 9, nº 3, 1976. Pg. 382-402.

⁷⁴ SAMARA, Eni. *Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830)*. Revista de Estudos econômicos, v. 11, n. 3, 1981. Pg. 159-158; e *A estrutura da família paulista no começo do século XIX*. In: Boletim do Museu da Casa Brasileira, v. 4, 1981. Pg. 29-38.

⁷⁵ MARCÍLIO, Maria. *Tendências e estruturas dos domicílios na capitania de São Paulo (1765-1828) segundo as listas nominativas de habitantes*. Revista de Estudos Econômicos, v.2, n.6, 1972, Pg.131-143.

escrava. Um deles é o trabalho de Florentino & Góes⁷⁶ sobre famílias escravas do Rio de Janeiro no final do século XVIII e início do XIX e sua relação com o tráfico atlântico de africanos. Os autores, em uma análise demográfico-histórica, dissertam sobre a capacidade dos escravos de constituir família. Dessa forma, trazem novas luzes sobre a vida do cativo, dando ênfase à estabilidade que a família proporcionava ao alojamento dos escravos e à utilidade de sua manutenção, o que criaria certa sensação de estabilidade social e paz dentro das senzalas; fazendo assim com que caia o mito da promiscuidade e da anomia do comportamento escravo.

Robert Slenes⁷⁷ se contrapõe ao argumento apresentado por Florentino & Góes. Enquanto estes últimos defendem que a família foi de fundamental importância para a estratégia de manutenção da “paz na senzala” – pois o constante tráfico de escravos introduziria um permanente estado de guerra no cativo – Slenes prioriza a análise da construção das famílias e os significados que os laços familiares possuíam para os cativos. Destacam-se as possibilidades dos escravos terem maior autonomia e acesso à moradia separada na senzala, o que lhes permitiria recriar ritos de origem africana. Slenes não crê que os esforços dos escravos de criarem laços familiares tenham desenvolvido a paz nas senzalas, no que diz respeito à sua relação com a casa-grande.

Os estudos de usos espirituais e sociais do compadrio pelos escravos brasileiros foram iniciados por Gudeman & Schwartz⁷⁸, que analisaram o compadrio e o batismo de cativos na Bahia do século XVIII. Os autores apontam o compadrio mostrando que este laço não possuía apenas um significado religioso, mas também social. Defendem que a escolha dos padrinhos também era determinada pelo contexto social da escravidão e que o compadrio é um sistema de representações que emana da igreja embora esteja projetado no âmbito social.

Tal estudo foi expandido por Schwartz⁷⁹, que analisou os padrões de compadrio no Paraná e na Bahia. Ele entende o compadrio como um parentesco “fictício” nitidamente inserido na vida familiar e espiritual brasileira, inclusive na dos escravos. O autor procura analisar a família escrava dentro de um contexto mais amplo do que das dimensões generativas, consanguíneas e jurídicas, além de defender uma relativa ausência de relações paternalistas dos senhores com seus próprios escravos, ou seja, os senhores em geral não apadrinhavam seus cativos. Entende, também, que os escravos eram dotados de habilidades

⁷⁶ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1997.

⁷⁷ SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, Século XIX*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.

⁷⁸ GUDEMAN, S.; SCHWARTZ, S. *Purgando o pecado original... Op. Cit.*

⁷⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. EDUSC, São Paulo, 2001.

para influenciar sua condição de vida e exercer alguma espécie de controle sobre sua existência cotidiana, como na escolha dos padrinhos de seus filhos.

Em livro, fruto de sua tese de doutorado, Sheila Faria⁸⁰ entende que é pela família (não necessariamente consanguínea) que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada do período colonial brasileiro originam-se ou convergem. Para ela, é a família que confere aos homens estabilidade ou movimento, além de influir em seu status e classificação social. Assim, Faria demonstra que as relações de compadrio eram escolhas dos escravos, mas dentro das condições impostas pelos senhores e que os pais dos batizados privilegiavam pessoas de fora de suas unidades, sugerindo uma sistemática sociabilidade e vivência cotidiana entre escravos de donos diferentes e livres ou libertos. Um estudo inovador foi o de Góes⁸¹ que demonstra que o tamanho da unidade na qual residiam os escravos era uma variável fundamental para descobrir se os padrinhos seriam escravos ou livres.

Entre os recentes estudos que se debruçam sobre o tema do compadrio no Rio Grande do Sul, estão a tese de doutorado de Martha Hameister⁸², que analisa as estratégias sociais-familiares dando ênfase ao compadrio escravo. Bruna Sirtori⁸³ realiza sua dissertação acerca das hierarquias sociais e relações de compadrio na Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, abrangendo índios, escravos e livres. Sirtori & Gil⁸⁴, em artigo sobre o compadrio escravo nos campos de Vacaria, apontam que a limitação espacial dos agentes contribui para a intensificação dos relacionamentos cotidianos e que esta situação se manifestava na escolha dos padrinhos.

Segundo Schwartz⁸⁵, é possível reconciliar a nova e mais matizada perspectiva da família escrava brasileira com as condições demográficas da escravidão pautada nas variações regionais e temporais.

O batismo cristão mostrou-se na sociedade brasileira colonial, pautada nos costumes do Antigo Regime português, como uma forte instituição almejada por todos os estratos da população, inclusive pela população escrava.

Dessa forma, nosso trabalho segue a influência do historiador inglês E. P. Thompson⁸⁶

⁸⁰ FARIA, Sheila. *A colônia em movimento*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1998.

⁸¹ GÓES, José. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Linear, Vitória, 1993.

⁸² HAMEISTER, M. *Para dar calor... Op. Cit.*

⁸³ SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia: hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. UFRJ - Dissertação de Mestrado, 2008.

⁸⁴ SIRTORI, B.; GIL, Tiago. *Bom dia, Padrinho: o compadrio de escravos nos campos de Vacaria, 1778-1810*.

⁸⁵ SCHWARTZ, S. *Escravos, roceiros e rebeldes... Op. Cit.* Pg. 35.

⁸⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. - Thompson,

sobre os estudos de escravidão e da conseqüente preocupação com o entendimento do escravo como agente histórico, apesar de socialmente desprestigiado. Consideramos aqui o escravo e os escravos da Real Feitoria, não apenas como figurantes passivos, mas como sujeitos capazes de interferir na realidade social. Firmam-se como aqueles que não devem ser considerados “coisa”, mas aqueles que constroem, modificam, atuam socialmente, negociam, tem interesses, convicções e desejos próprios e não são seres que apenas sofrem as conseqüências da dominação. Assim, nos aproximamos dos estudiosos que apontaram os escravos como agentes ativos e construtores de relações sociais, mesmo que tensas, onde concessões e adequações eram necessárias e aceitas.⁸⁷

Tal perspectiva evidencia-se especialmente na opção de escolha de cônjuges e na construção de uma rede de parentesco não consanguíneo, no que concerne aos laços criados pelo batismo cristão, em que se buscava, através do compadrio, aumentar o raio social das alianças e as redes sociais de solidariedade. Seguimos a ideia de que o escravo cria uma organização familiar própria mesmo estando em cativeiro.

Segundo Faria⁸⁸, mesmo constatando-se que não foram os senhores que diretamente definiram as práticas sociais, sexuais e familiares dos cativos, é possível detectar limites dentro dos quais se exerciam essas opções. Assim, mesmo partindo do entendimento pressuposto do escravo como agente histórico, não podemos esquecer-nos das condições limitadas que eles tinham dentro da sociedade brasileira colonial.

Concordando em linhas gerais com a autora, entendemos que os escravos portavam lógicas individuais, coletivas e ativas de respostas ao cativeiro, e de que a eles cabiam determinadas opções de escolha de vida, especialmente a seleção dos cônjuges e de relações de parentesco mais amplas, e que as interferências dos senhores, nesses aspectos, foram aparentemente eventuais e esporádicas.

Analizamos e entendemos o escravo como agente histórico visto sob a ótica da família. Questionamos assim os pressupostos de anomia, promiscuidade, passividade e aculturação defendidos por uma historiografia tradicional. Aqui, partimos de uma fase historiográfica na qual a existência em si de relações familiares entre cativos não é mais questionada, pois sabemos que eles constituíam família e que ela era uma forma comum de organização

com seus trabalhos sobre a formação - em parte por sua própria agência - da classe operária inglesa, fez com que os estudiosos da escravidão passassem a entender o escravo também como agente histórico e não como “fantoche” das estruturas.

⁸⁷ FARIA, S. *A colônia em movimento...* Op. Cit. Pg. 290.

⁸⁸ *Idem*. Pg. 289.

comunitária cativa, uma realidade da sociedade de então.⁸⁹

Seguimos o proposto por Faria e por Slenes, quando afirmam que a constituição de famílias foi basicamente resultado da atuação dos próprios escravos em busca da construção de espaços de identidade social sendo que, para eles, o acesso à família era uma das formas de melhorar suas condições de sobrevivência dentro do cativeiro. Entendemos que o escravo produzia relações próprias e que pertencer a uma família específica – inclusive a uma família escrava – transcendia a consanguinidade e se manifestava também em relação aos parentes rituais/espirituais que se tornavam parentes de fato.

Reafirmamos assim a ideia de que, mesmo na condição de escravos, as alianças e as constituições das redes de compadrio dos cativos não se davam ao acaso e que ser parente, consanguíneo ou espiritual, era um dos aspectos mais importantes, complexos e reveladores da sociedade e da sociabilidade do período colonial brasileiro.

Os laços entre a família imediata e a rede ampliada de parentesco foram utilizados de diversas formas. Esses arranjos condicionais criavam uma situação de endividamento mútuo ou díade, que poderia ser bastante simples, envolvendo dois lados; ou mais complexa, com várias pessoas em diferentes graus de proximidade de parentesco e de várias gerações, que estabeleciam o que entendemos aqui como rede.⁹⁰

Entendemos a *rede*, assim como Bertrand⁹¹, como uma estrutura construída pela existência de laços/relações entre diversos indivíduos, um sistema de intercâmbios no qual os vínculos e relações permitem a realização da circulação de bens ou serviços, e são esses intercâmbios realizados dentro da rede que se pode qualificar de vínculo. Esses vínculos se realizam em virtude de intenções e objetivos nos quais o sujeito se fixa na mobilização de suas relações. A “amizade”, segundo o autor, é um tipo de vínculo – o mais próximo – aquele com a relação mais estreita e, portanto, mais forte – com grande intimidade existente – e essa intimidade se prolonga muitas vezes mediante a existência dos vínculos de compadrio.

Segundo o autor, o círculo de sociabilidade, transportado para a rede, poderá ser o lugar de relações e de vínculos escolhidos em função da análise dos interesses do momento, mas também em função das hierarquias ou das limitações que podem pesar sobre os vínculos em virtude deles ou dos projetos que se fixam. Por outro lado, a rede de sociabilidade deve ser entendida como útil ao serviço das eleições efetuadas pelo ator, sem que por elas se oriente de

⁸⁹ Ver principalmente SLENES, R. *Na senzala uma flor... Op. Cit.* e FLORENTINO, M. GÓES, J. *A paz das senzalas... Op. Cit.*

⁹⁰ WHITTEN JR., Norman.; WOLFE, Alvin. *Network Analysis*. In: HONIGMANN, John (org.) *Handbook of Social and Cultural Anthropology*, Chicago, 1973, Pg. 717-46 APUD RUSSEL-WOOD. *Op. Cit.* Pg. 268

⁹¹ BERTRAND, Michel. *De la familia a la red de sociabilidad*. *Revista mexicana de sociología*, Vol. 61, Nº 2 (Apr.-Jun. 1999), Pg. 107-135.

maneira exclusiva.

No caso das redes de compadrio de escravos, os que aspiravam ou conseguiam uma posição de liderança podiam “manipular” (econômica, social ou politicamente) indivíduos em redes diádicas nas quais eram apenas um elo, ou atuar como intermediários para redes as quais não pertenciam para garantir posições de poder; e ao evocar obrigações de responsabilidade e reciprocidade mútuas inerentes ao compadrio, esses líderes exerciam influência e poderiam exigir obediência.⁹²

3.2 – Tentando desfazer o trabalho das traças: considerações sobre as fontes – registros batismais

Segundo Faria, no período colonial brasileiro, quando não havia registro civil, o “registro da vida das pessoas passava pelo domínio do catolicismo.”⁹³ Assim, os registros de nascimento, casamento e óbito estavam sob os cuidados da Igreja Católica e, em princípio, toda a população pode ser recuperada através desses registros – inclusive os escravos – e por isso elas são consideradas fontes democráticas, tendo o registro paroquial um caráter religioso com força de um ato civil.⁹⁴

Dessa forma, as principais fontes de nosso trabalho são os registros batismais produzidos na Freguesia Nossa Senhora dos Anjos – criada em princípios da década de 1770, da qual a Real Feitoria do Linho Cânhamo fazia parte.

A intenção inicial deste trabalho era contemplar a análise dos registros de batismo dos cativos nos anos em que a Feitoria esteve localizada no Faxinal do Courita, ou seja, de 1788 até o ano 1824, quando foi extinta.

Infelizmente as fontes não permitiram que assim fosse. A partir de 1799, possivelmente devido à mudança do vigário, os registros batismais de escravos de Sua Majestade desaparecem dos livros de batismo de Nossa Senhora dos Anjos. Dessa forma, nossa análise contempla 10 anos, o intervalo entre os anos de 1788 a 1798 quando são registrados 69 batismos de escravos da Real Feitoria na Freguesia Nossa Senhora dos Anjos.

Não sabemos ao certo o que o sumiço dos escravos da Feitoria das fontes significa, pois acreditamos que as escravas não deixaram de ter filhos e tampouco que tenham decidido não batizá-los. Este desaparecimento pode ter relação com a nomeação de um padre como

⁹² RUSSEL-WOOD, A. *Escravos e libertos... Op. Cit.* Pg. 271.

⁹³ FARIA, S. *A colônia em movimento... Op. Cit.* Pg. 307.

⁹⁴ BASSANEZI, Maria. *Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da História.* In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de. (Orgs.) *O historiador e suas fontes.* Contexto, São Paulo, 2009. Pg.142-143.

administrador da Feitoria, Antônio Gonçalves Cruz – que administrou o local entre os anos de 1801 e 1815, nos quais pode ter se valido da facilidade de ser padre para realizar batismos no oratório da Feitoria, provavelmente registrando esses ritos em livro próprio. É interessante observar que os últimos 5 registros de batismos do ano de 1798 são realizados no oratório da Feitoria, com licença. Talvez isso tenha virado uma regra e os batismos seguintes tenham sido passados para algum outro livro próprio.

No entanto, é preciso ressaltar que de 1800 a 1806 há 11 registros de batismos de pessoas – não escravas – no mesmo oratório, havendo mais dois, um em 1812 e outro em 1814; o que levanta mais dúvidas sobre porque os escravos da Feitoria não estariam sendo registrados no livro da Freguesia e porque outras pessoas continuaram sendo lá batizadas.

Em 1815 e 1816, após a morte de padre Cruz (que ocorre em 1815), é quando temos novamente 5 registros de batismos de escravos da Real Feitoria no livro devido.

Do primeiro registro de batismo de um rebento escravo de Sua Majestade nas terras do Faxinal, no final do ano de 1788 até o ano de 1798, pudemos registrar e analisar um universo de 69 batismos. Optamos por não incluir no nosso total analisado os cinco registros, dos anos de 1815 e 1816, por conta da grande lacuna sem registros que fica entre esses dois diferentes períodos. Preferimos analisar um período da história da Feitoria, período de 10 anos onde pudemos realizar uma análise serial clara da documentação.

Além disso, grande parte de nossas fontes estavam muito corroídas, o que nos leva a crer que mesmo dentro do período passível de análise talvez não tenham sido contempladas todas as ocorrências de batismos de escravos da Feitoria. As margens das páginas dos livros batismais estavam especialmente danificadas, muitas vezes invalidando a leitura de um registro inteiro. Esperamos que estes escravos não tenham ficado, mais uma vez, à margem.

Capítulo 4 – Aos santos óleos: o batismo e o compadrio dos escravos da Real Feitoria do Linho Cânhamo

4.1 – Mãe de confisco, filho ilegítimo: o compadrio das mães “de nação”⁹⁵

Dentre os 69 casos analisados, excluindo-se dois nos quais os batizados já eram adultos, observamos 67 registros nos quais a maioria se refere a uniões de escravos sancionadas e reconhecidas pela igreja, uma vez que o fruto desses casamentos gera filhos considerados legítimos. Dos 67 registros, 13 (18,84%) são de filhos naturais ou ilegítimos, ou seja, concebidos fora dos padrões considerados adequados pela igreja⁹⁶ – enquanto o grau de legitimidade alcança os 78,26%, ou 54 casos.⁹⁷ Nota-se também que em 100% dos registros analisados os casamentos se dão intra-senzala.

É interessante observar que nos 13 registros que tem a filiação considerada como natural, em pelo menos 12, ou seja, quase sua totalidade, apresenta-se as mães como escravas de confisco.⁹⁸ Em apenas um não há como ter certeza da origem da mãe, se de confisco ou não.

Não sabemos exatamente qual a relação da ilegitimidade destes rebentos com o fato de suas mães serem escravas de confisco, de procedências variadas. Poderíamos pensar que essas mães tenham sido confiscadas de um contrabando que as teria separado de suas famílias ou talvez tenham vindo grávidas. Poderíamos ainda pensar que, pelo fato de serem confiscadas, não conseguiram estabelecer um mercado matrimonial interessante; no entanto nos parece um tanto rasa esta afirmação, uma vez que conseguimos constatar o casamento de, pelo menos, uma mulher do confisco, Maria Joaquina de nação Benguela com o crioulo José da Glória, na mesma Feitoria. Talvez a hierarquia existente no interior da senzala tenha relegado um lugar mais baixo para os escravos de confisco.

No entanto, é fato que essas mães resolveram estabelecer alianças favoráveis, e se elas

⁹⁵ Mesmo sabendo das discussões acerca da utilização do termo “de nação” para escravos provenientes de diversas regiões da África, optamos por utilizar este termo uma vez que é assim que está registrado na fonte pesquisada.

⁹⁶ É preciso deixar claro, no entanto, que ter filhos considerados ilegítimos e/ou não estabelecer um casamento aos moldes da Igreja Católica não significa obrigatoriamente não possuir uma família estável.

⁹⁷ Robert Slenes, ao pesquisar famílias escravas em Campinas no século XIX, sugere que os índices de ilegitimidade estariam relacionados com o tamanho dos plantéis, ou seja, a medida que o tamanho dos plantéis aumenta, os filhos legítimos estariam se fazendo cada vez mais presentes.

⁹⁸ Essa informação só foi possível obter ao realizar o cruzamento dos nomes dos registros de batismo com os constantes nos Róis de Confessados da Freguesia Nossa Senhora dos Anjos - AHCOMPA dos anos de 1788, 1789, 1790 e 1791 que, em um primeiro momento, separa os escravos de confisco da Feitoria em uma listagem própria; separação essa que desaparece no ano de 1792 quando todos os escravos passam a ser arrolados em uma listagem única.

realmente possuíam um lugar menor, através do compadrio poderiam inserir-se nas redes de reciprocidade e interesse, pois todos os padrinhos e madrinhas (menos um caso em que não foi possível identificar) de seus rebentos são também escravos da Feitoria, lembrando que este vínculo de compadrio estabelecido deveria ser de solidariedade mútua.

Quadro 1 – Compadrio das escravas de confisco

Nome da mãe do batizando	Padrinho	Madrinha	Condição Social dos Padrinhos
Maria do Socorro - Mucumbe	<i>Antônio Pereira</i>	<i>Maria Rosa s/m</i>	Escravos da Feitoria
Maria Calunga – Benguela	<i>Basílio de Andrade</i>	<i>Simeana das Virgens</i>	Escravos da Feitoria
Domingas Angola	<i>Tomás Gomes</i>	Paula Tomásia	Escravos da Feitoria
Maria	<i>Apolinário Cardoso</i>	<i>Helena da Cruz s/m</i>	Escravos da Feitoria
Ana dos Reis	<i>Severino Cordeiro</i>	<i>Angélica Maria s/m</i>	Escravos da Feitoria
Joana Marques – Benguela	João Rodrigues Machado	<i>Maria Pereira</i>	Escravos da Feitoria
Joana da Torre – Mucumbe	Lourenço de Sousa	Luzia Correia	Escravos da Feitoria
Joana da Cruz – Angola	Manuel Pinto da Costa	Teresa	?
Maria da Luz	Amaro Lemos	Ana dos Reis	Escravos da Feitoria
Maria Salomé – Songo	José Francisco	Maria Micaela s/m	Escravos da Feitoria
Joana Pereira – Benguela	Lourenço de Sousa	Maria	Escravos da Feitoria
Maria Salomé – Angola	<i>Florentino Cardoso</i>	Joana da Torre	Escravos da Feitoria

Fonte: 2º e 3º livros de batismos N. Sra. dos Anjos – AHCMPA

Para análise do *Quadro 1* adotei as seguintes convenções: para as colunas dos padrinhos e madrinhas deixei em **negrito** os nomes dos escravos que também são do confisco e em *itálico* os que estão arrolados como não o sendo. Em fonte comum, deixei os nomes que infelizmente não foi possível ter certeza. Ao analisarmos este quadro podemos compreender que o interesse dessas mulheres era estabelecer vínculos com ambos, tanto com escravos de confisco como elas quanto com os outros escravos da Feitoria, crioulos. Pelo menos metade dos padrinhos é composta por escravos – do mesmo plantel, mas considerados não de confisco, seguindo padrão semelhante no caso das madrinhas, embora tenhamos certeza de que pelo menos 4 delas eram também escravas de confisco. Lourenço de Sousa talvez fosse um elo importante quanto aos escravos de confisco, aparecendo duas vezes como padrinho de filhos de diferentes mulheres e, no universo geral de nossa análise, é o segundo escravo que mais apadrinhou – 4 vezes. Empatado com o segundo padrinho mais recorrente que também se encontra neste fragmento de rede, Tomás Gomes, que apadrinhou no total nada menos que 4 rebentos. Também é possível avistar a presença do padrinho Severino Cardoso que no nosso universo total de 69 registros foi o que mais apadrinhou, sendo pai espiritual por 7 vezes (10,14%). No caso de sua mulher, Angélica Maria, que apadrinha ao seu lado, ela também salta aos olhos em nossa análise, pois foi madrinha 5 vezes, a mulher que mais apadrinhou em

nosso período de análise. Sem dúvida Severino e Angélica eram um casal⁹⁹ central para as relações não consanguíneas que se estabeleciam na Real Feitoria. Assim fica claro que as alianças privilegiaram alguns ícones da senzala, que se estabeleciam como um grande elo de relações.

4.2 – O batismo dos escravos adultos: você ainda vai pecar?

Quadro 2 – Batismo e apadrinhamento de escravos adultos

Escravo Adulto	Padrinho	Madrinha	Condição Social dos Padrinhos
Romão – Guanguela	Severino Cordeiro	Não Consta	Escravo da Feitoria
Antônio – Bagguela	Matias Martins	Não Consta	Feitor da Feitoria

Fonte: 2º e 3º livros de batismos N. Sra. dos Anjos – AHCMPA

Segundo Gudeman & Schwartz, o batismo dos escravos adultos recebia atenção especial e os regulamentos da arquidiocese da Bahia requeriam que seis perguntas fossem formuladas antes de ministrar o batismo aos adultos, tais como: *você ainda vai pecar?*¹⁰⁰ Segundo os mesmos autores, no caso desse tipo de escravos era provável que a seleção dos padrinhos fosse feita pelo senhor, que escolheria alguém que pudesse instruir os afilhados não somente em questões religiosas, mas também na adaptação ao novo local.

No universo da Feitoria encontramos dois casos nos quais escravos já adultos são batizados. Romão e Antônio são escravos chegados ao estabelecimento Real sem o santo sacramento. No caso da Feitoria, sabemos da “distante voz do dono” e a pergunta que fica é: teria sido uma escolha (quem sabe) do administrador do estabelecimento?

Fato é que, curiosamente, Romão foi apadrinhado por Severino Cordeiro, escravo da Feitoria, já citado como grande pai espiritual. Vale ressaltar que respeitando as hierarquias da senzala seria de grande valia ter Severino como seu padrinho. Madrinha, no entanto, não consta, e como já apontado nos estudos de Gudeman & Schwartz a seleção dos padrinhos também era influenciada pelo sexo, em relação ao estatuto legal. Nos casos dos escravos adultos, faltava a presença da madrinha – sendo que a presença do padrinho sempre foi considerada mais importante que a da madrinha.

⁹⁹ Em muitos casos o vigário não registrava se o casal de padrinhos era casado “oficialmente”, talvez por considerar desnecessária esta informação ou por ter esse conhecimento sem que fosse necessário fazer o registro. Tentamos suprir estas lacunas com o cruzamento de dados dos Róis de Confessados, que nos trazem a informação de casais e famílias sendo que assim foi possível verificar esses dados em um maior número de vezes.

¹⁰⁰ GUEDEMAN, S; SCHWARTZ, S. *Purgando o pecado original... Op. Cit.* Pg. 53.

Mais curioso e intrigante ainda é o caso de Antônio, que também sem madrinha, mas recebeu Matias Martins, feitor (da própria Feitoria) como seu padrinho. Vale ressaltar que os feitores eram pessoas brancas, livres, contratadas para o trabalho no estabelecimento. Os estudos sobre o tema do compadrio escravo apontam que raramente são encontrados senhores apadrinhando seus próprios escravos. Não podemos considerar um feitor como um senhor, embora fosse um braço do poder senhorial, mas no caso da Feitoria, já explicitado nas páginas anteriores, é fato que o dono, El Rei, estava distante e sua figura acabava, de certa maneira, caindo sobre os administradores do local e talvez sobre os feitores. No entanto, é notória a presença de um homem livre como padrinho, o que ocorre apenas três vezes ao longo de nossa análise e em todas elas o padrinho é um feitor. Talvez a ausência de um senhor tenha feito com que as alianças entre feitores e escravos tenham se consolidado neste estabelecimento peculiar à lógica colonial lusa. Certamente a aliança de um escravo com o feitor tende a ser de caráter vertical, onde o feitor branco possuía clara posição superior naquele contexto, para quem os compadres deveriam lealdade, prestação de serviços e favores.

Assim como Gudeman & Schwartz, nossos achados não encontraram nenhum caso em que o senhor serviu de padrinho, obviamente por ser, nesta análise, o senhor o Rei, Sua Majestade. Embora não saibamos quem realmente escolhia os padrinhos e no caso dos escravos adultos, quem realmente os tenha escolhido... se o administrador, o próprio feitor ou mesmo Severino Cordeiro tenha interferido nessa decisão.

Segundo os estudos de Vasconcelos¹⁰¹, alguns dos cativos padrinhos de adultos não eram somente reconhecidos pelos senhores, mas também pela comunidade escrava, o que nos permitiria dizer que, em alguns casos, selecionavam-se cativos que pudessem ser interlocutores entre os recém-chegados adultos e a comunidade escrava. Talvez fosse uma intenção aproximar o adulto dos “irmãos” de senzala, conferindo-lhe um anfitrião, alguém que poderia auxiliá-lo na interação com a senzala. Provavelmente tenha sido este o papel de Severino.

Assim como o Severino, é provável que o papel do feitor tenha sido semelhante. Vale lembrar que em alguns momentos o castigo físico tinha sido proibido dentro da Feitoria, e também em determinados momentos o próprio administrador estava ausente do local, segundo consta, morando em outra localidade, deixando assim o feitor numa posição um tanto interessante.

¹⁰¹ VASCONCELOS, Márcia. *O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação – Mambucaba, Angra dos Reis, Século XIX*. Revista Afro-Ásia, nº28, 2002. Pg.157-159.

4.3 – Quem deve ser compadre: a condição social dos padrinhos

Em um plantel grande como o da Real Feitoria a criação e o reforço de alianças internas era, sem dúvida, importante para manter as redes de solidariedade. Como citado anteriormente, a presença de padrinhos e madrinhas livres é muito diminuta neste caso.

Do total de 69 registros, em apenas 5 casos (7,24%) não foi possível ter certeza da condição social dos padrinhos. Um por haverem as traças corroído e os demais por conta do vigário não ter visto necessidade em registrar, fato comum, que ao longo de nossa pesquisa, na maioria das vezes foi possível resolver com o cruzamento de fontes com os Róis de Confessados.

Quadro 3 – Apadrinhamento e compadrio – casos especiais¹⁰²

Batizando	Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha	Condição Social do Padrinho	Condição Social da Madrinha
Emerenciana	Prudêncio da Assunção	Ana de Santa Ana	Manuel Rodrigues da Costa	Maria Pereira	Feitor da Feitoria	Escrava da Feitoria
Cristóvão	Severino Cordeiro	Angélica Maria	Manuel Rodrigues da Costa	Maria da Luz	Feitor da Feitoria	Escrava da Feitoria
Francisca	Manoel [corr.]	Joana Maria	Francisco Baptista Ângelo da Costa	Caetana Maria	De Porto Alegre	Preta Forra de Porto Alegre
Maria	Basílio de Andrade	Maria da Batalha	Francisco	Maria Micaela	Escravo de José Correia	Escrava da Feitoria

Fonte: 2º e 3º livros de batismos N. Sra. dos Anjos – AHCMPA

E um caso específico encontramos Caetana Maria, preta forra de Porto Alegre apadrinhando um rebento filho de Manoel [corr.] e Francisca da Conceição – o padrinho da criança é Francisco Baptista Ângelo da Costa, também de Porto Alegre, não sendo possível identificar sua condição social. Neste caso fica latente a tentativa dos pais em estabelecerem uma aliança vertical. É provável que este padrinho de Porto Alegre fosse também um forro ou até mesmo um homem branco. Este é o único caso em que ambos os padrinhos não são de dentro da Feitoria.

No caso de Basílio de Andrade e Maria da Batalha, eles escolherem como seus compadres uma escrava da Feitoria, Maria Micaela e um escravo de outro plantel, Francisco, escravo de Miguel Correa. Este é o único caso em que temos presente um escravo de outro plantel, uma clara tentativa em estabelecer relações ou mesmo estreitar alguma relação já

¹⁰² Excluiu-se deste quadro o apadrinhamento de escravos adultos, tratado anteriormente.

existente de fora do plantel da Real Feitoria.

Fora os já citados padrinhos de escravos adultos em que um deles é o livre feitor Matias Martins, há mais dois casos interessantes. O primeiro deles ocorre no qual Manuel Rodrigues da Costa, feitor, apadrinha a filha do casal Prudêncio da Assunção e Ana de Santa Ana, que não aparecem apadrinhando nenhum rebento. Como madrinha da filha do casal consta Maria Pereira, escrava da Feitoria, que apadrinha um total de três crianças. Notamos aqui que a presença de uma aliança fora da senzala também se dá mantendo *um pé* no mundo dos escravos. Mesmo considerando que o feitor pudesse ser um bom elo, Maria também seria. Estabelece-se aqui uma tentativa de aliança vertical ao mesmo tempo em que ocorre uma aliança horizontal, na tentativa de consolidar ou estabelecer laços. Assim, têm-se alianças em dois universos distintos, mas ao mesmo tempo muito próximos.

Manuel Rodrigues da Costa, nosso feitor, será padrinho pela segunda vez. Torna-se pai espiritual do recém-nascido Cristóvão que receberá como madrinha Maria da Luz, escrava da Feitoria que aparece como madrinha esta única vez. Essa aliança demonstra que os pais do pequeno Cristóvão decidiram também escolher como compadres tanto uma representante da senzala como um feitor, que poderia, quem sabe, dar privilégios e uma série de regalias aos seus compadres. Perguntamos, então: quem eram os pais de Cristóvão?

A pergunta tem resposta imediata: os compadres do feitor Manuel Rodrigues da Costa eram o casal Severino Cordeiro e Angélica Maria. Torna-se necessário aqui retomar que Severino Cordeiro aparece como pai espiritual de 7 crianças e Angélica Maria como mãe espiritual de 5, o que agora tona-se mais intrigante justamente pelo fato de serem compadres do Feitor que deveria ser um braço do poder dentro daquele estabelecimento. Sem dúvida, Severino e Angélica tinham uma grande gama de relações que possibilitavam transitar da senzala ao feitor e ter benefícios significativos com essas alianças. Obviamente, se ele era o grande padrinho dentro da hierarquia da senzala, quem poderia apadrinhar seu próprio filho? O feitor.

Retomo aqui o explicitado no subcapítulo 4.2, quando Severino e o feitor Matias apadrinham dois escravos adultos recém-chegados. Apesar de não ser o mesmo feitor torna-se agora notório que Severino tinha uma influência também ao redor da senzala, em torno dos feitores. Será que ele não teria dado palpite quanto ao apadrinhamento dos dois adultos? Sai feitor e entra feitor Severino continuava estreitando laços.

Talvez esse tipo de aliança possa ajudar a explicar as mobilizações e a relativa autonomia que temos atribuído a estes cativos, é provável que o feitor tenha fechado um ou os dois olhos para as ações de seu compadre que tinha outros compadres que por sua vez...

Assim, em 59 registros do total de 69, ou seja em 85,5% dos casos analisados tanto o padrinho quanto a madrinha dos cativos nascidos na Feitoria eram escravos do mesmo plantel. Ao contrário do que apontam Gudeman & Schwartz no seu estudo dirigido para a análise da Bahia, quando encontram 70% de pessoas livres apadrinhando os escravos lá nascidos. Obviamente a escolha de padrinhos de fora da Feitoria obedecia a uma escolha verticalmente ascendente. Gudeman & Schwartz também apontam quanto à questão do fato da assimetria entre os padrinhos, ou seja, quando os padrinhos tinham estatutos desiguais a madrinha é que tendia a possuir o estatuto inferior, como é possível observar nos casos do feitor como padrinho e de uma escrava da Feitoria como madrinha.

Ao estabelecerem relações com pessoas de categorias distintas, provavelmente os escravos visavam a estratégia de algum tipo de ascensão social ou de estabelecer uma hierarquia no interior da senzala, sendo que aquele que estabelece relações com um nível superior pode ser o mais considerado dentro da senzala, pois embora os compadres fossem iguais aos olhos de Deus, estavam à mercê do mesmo tipo de diferenças e desigualdades criadas pelos homens, pois reciprocidade não significa igualdade.

Assim, é possível realizar uma comparação com os estudos de Góes, quando afirma que à proporção que o número de escravos por propriedade aumentava, elevava-se o percentual de padrinhos e madrinhas também escravos.¹⁰³ Ou seja, quanto maior a propriedade, maior o número de escolhas entre os próprios escravos para serem seus compadres, como no caso da Real Feitoria.¹⁰⁴

Como o explicitado no estudo de Sirtori & Gil¹⁰⁵, sobre Vacaria, no qual entendem que a limitação espacial dos agentes contribuía para a intensificação dos relacionamentos cotidianos e que esta situação se manifestava na escolha dos padrinhos, embora isto esteja longe de um determinismo geográfico, este fato deve ter pesado dentro das relações estabelecidas no contexto da Real Feitoria do Linho Cãhamo.

Não queremos com isso dizer que os cativos da Feitoria não estabeleciam relações e redes com outras pessoas ou com outros plantéis. Como observamos, há algumas intenções, mesmo que raras, em estabelecer alianças com forros e escravos de outros planteis. Dessa forma, mesmo que a grande maioria de padrinhos escolhidos como irmãos espirituais dos cativos da Feitoria fossem do mesmo plantel, existiram alguns casos que evidenciam a

¹⁰³ GÓES, J. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade de séc. XIX*. Vitória, Lineart, 1993. Pg.79.

¹⁰⁴ Lembramos que na lista da remessa de escravos de volta ao Rio de Janeiro constavam 324 pessoas, e que nosso estudo analisa um breve e pequeno fragmento das redes estabelecidas no universo da Real Feitoria.

¹⁰⁵ SIRTORI, B.; GIL, T. *Bom dia, padrinho... Op Cit.*

tentativa de relações com outras pessoas, como forros, escravos de outro plantel e até mesmo o caso dos feitores da própria Real Feitoria, o que evidencia uma nítida tentativa de estabelecer relações que pudessem ser interessantes a esses sujeitos.

Essas, no entanto, certamente não eram as únicas relações estabelecidas por estes cativos, sabemos que, na prática, o compadrio se soma a outros tipos de alianças. Analisamos aqui apenas fragmentos de redes, sabendo que esses escravos estabeleciam outros tipos de relações e que de maneira nenhuma viviam isoladamente naquele local, como já mencionado no Capítulo 2. Os escravos ao mandarem o tal requerimento ao governador teriam recebido uma espécie de apadrinhamento que não era em termos “sócio-religiosos”, mas evidenciava que suas relações existiam também fora da Feitoria.

4.4 – Dois filhos, quatro compadres: o caso dos escravos gêmeos

Quadro 4 – Apadrinhamento e compadrio de pais de filhos gêmeos

Batizando	Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha	Condição social dos padrinhos
José	Henrique de Almeida	Verônica da Silva	Clemente Pereira	Úrsula de Lima	Escravos da Feitoria
Fabiana	Henrique de Almeida	Verônica da Silva	Inácio Pestana	Ana Tavares	Escravos da Feitoria
Manuel	João Rodrigues	Josefa Maria	Clemente	Feliciano	Escravos da Feitoria
José	João Rodrigues	Josefa Maria	João Rodrigues Machado	Angélica Maria	Escravos da Feitoria

Fonte: 2º e 3º livros de batismos N. Sra. dos Anjos – AHCMPA

Em nosso universo documental de análise identificamos dois casos específicos em que nascem gêmeos. O primeiro deles se dá no ano de 1793, quando nascem José e Fabiana, filhos de Henrique Almeida e Verônica da Silva. O segundo caso se dá em 1794 quando nascem Manuel e José, filhos de João Rodrigues e Josefa Maria. Nesses dois casos fica nítido o interesse dos pais dos rebentos em levarem para a pia batismal casais de padrinhos distintos para cada filho, aumentando assim seu raio de alcance, influência e solidariedade. Estes pais fizeram a escolha de estabelecer seus laços com quatro pessoas distintas. Mais adiante veremos que muitos escravos e escravas optaram por reafirmar, consolidar e reforçar seus laços já estabelecidos anteriormente.

4.5 – A graça da criança: os nomes dos padrinhos como nome dos afilhados

Quadro 5 – Batizados com os mesmos nomes de seus padrinhos

Batizando	Nome do Padrinho	Nome da Madrinha
Agostinho	Agostinho das Neves	Maria Clara s/m
Maria	Severino Cordeiro	Maria Pereira
José	José Álvares	Maria Madalena s/m
Joana	Inácio dos Passos	Joana Pereira s/m
Joana	João Honorato	Francisca da Conceição s/m
Maria	Francisco (escravo de Miguel Correia)	Maria Micaela (preta Forra de POA)
Joaquim	Joaquim Francisco Terra	Verônica da Silva
Paula	Tomás Gomes	Paula Francisca s/m

Fonte: 2º e 3º livros de batismos N. Sra. dos Anjos – AHCMPA

Os nomes próprios dos batizando deveriam seguir a regra de ser um nome cristão ou um nome de santo. Segundo as normas da Igreja, o nome do batizando deveria ser escolhido pelo seu padrinho, mas bem sabemos que isto é de difícil verificação, não podemos ter certeza se os nomes eram escolhidos pelos pais, pelos padrinhos ou se escolhidos por um e ratificados por outro.¹⁰⁶ Assim, o batismo e as relações espirituais definiam parte da individualidade dos escravos, inclusive recebendo os mesmos nomes de seus padrinhos.

Como nos apresenta o *Quadro 5*, em oito casos, ou seja, 11,59% apresentam-se os rebentos batizados com os mesmos nomes de seus padrinhos. Em alguns casos é possível perceber que foi transformado o nome, como no caso do padrinho João que tem como afilhada Joana. Embora todos os nomes sejam aparentemente nomes cristãos comuns, de qualquer maneira o fato do rebento receber o nome do seu padrinho é uma forma clara de prestígio destes frente aos novos irmãos espirituais, pois nomear uma criança era uma tentativa de transmitir a ela as qualidades do dono do nome, o padrinho, servindo assim de inspiração para a vida adulta.

4.6 – O meu e o teu compadre: os laços e as redes de compadrio

No *Quadro I*¹⁰⁷ foi possível identificar o número de vezes que os escravos serviram de padrinhos aos rebentos nascidos na Real Feitoria e seu prestígio hierárquico a partir disso. Além desse aspecto, procuramos contemplar o número de vezes em que os escravos foram pais de batizados, podendo da mesma maneira estabelecer relações de compadrio. Dessa forma, encontramos 40 padrinhos distintos. Desses padrinhos, Severino Cordeiro, como já

¹⁰⁶ HAMEISTER, M. *Para dar calor... Op. Cit.* Pg.78-137

¹⁰⁷ Ver Quadro I em Anexo II, Pg. 52.

explicitado anteriormente, é o que mais comparece à pia batismal, 7 vezes. Além dele, temos Lourenço de Sousa que é pai espiritual por 4 vezes, mesmo número de Tomás Gomes. Encontramos também Florentino Cardoso, que é pai espiritual por 3 vezes. Além destes, nitidamente com uma posição de vantagem dentro da senzala, temos 11 padrinhos que compareceram 2 vezes à pia batismal, além de 25 escravos que aparecem como padrinhos uma única vez dentro do espaço temporal de nossa análise.

Além disso, é importante ter em mente que há 9 escravos que não comparecem à pia batismal nenhuma vez, no entanto aparecem como pais de batizados, estabelecendo assim, da mesma maneira, relações de compadrio.

Dessa forma, encontramos alguns escravos que, apesar de não terem comparecido tantas vezes como padrinhos à beira da pia batismal, estabelecem largas relações de compadrio, como é possível verificar no quadro. Obviamente, entre os que mais estabelecem diferentes relações de compadrio, com pessoas distintas, aparecem novamente Severino Cordeiro, que consegue estabelecer uma vasta aliança com 11 pessoas diferentes, sendo um grande elo. Enquanto João Rodrigues estabelece relações com 8 pessoas, apesar de ter comparecido à pia como padrinho por apenas uma vez. Basílio de Andrade e Caetano Ferreira estabelecem relações com 7 pessoas distintas.

Além disso, é possível observar claramente que em vários momentos são escolhidos os mesmos compadres como, por exemplo, no caso de Florentino Cardoso que estabelece relações de compadrio com Tomás Gomes e Paula Francisca por nada menos que 4 vezes. Esses laços horizontais repetidos podem significar a necessidade em estreitar, reforçar e confirmar os laços entre parentes e/ou amigos de mesmo status.

Certo é que há uma hierarquia no interior da senzala, pois há uma predileção dos pais por determinados cativos para apadrinhar seus filhos.

Da mesma maneira, no *Quadro II*¹⁰⁸ foi possível identificar o número de vezes que as escravas serviram de madrinhas aos inocentes nascidos na Real Feitoria e as vezes em que elas foram mães de batizados. Assim, encontramos 42 madrinhas distintas, sendo que destas destacam-se Angélica Maria, que é mãe espiritual por 5 vezes, e que é mulher de Severino Cordeiro. Além de Angélica, observamos 7 escravas que comparecem à pia batismal por três vezes. Há ainda 8 escravas que foram madrinhas por duas vezes, sendo que 27 são madrinhas por apenas uma vez, além de 16 escravas que não são convidadas a serem madrinhas, mas que ao terem seus filhos estabelecem suas relações de compadrio.

¹⁰⁸ Ver Quadro II em Anexo III, Pg. 54.

Dentre as que estabelecem mais relações distintas estão Joana Batista, Ana Pereira e Ana dos Reis, cada uma com 7 compadres diferentes. Além, é claro, de Angélica Maria, que estreita laços com 10 pessoas distintas.

Também é possível observar a repetição de compadres como João Honorato, compadre de Maria das Promessas por 4 vezes, confirmando a necessidade em estreitar e reforçar laços já consolidados.

Assim fica claro que os vínculos originados no batismo cristão se revestiam das mesmas hierarquias e diferenças existentes na sociedade. Quando apontamos os principais padrinhos e madrinhas da senzala, fica claro que também dentro dela existiam hierarquias que se faziam saltar aos olhos na hora do apadrinhamento de inocentes. Com a predileção dos pais em selecionar determinados cativos para apadrinhar seus filhos, isso fica claro. Até mesmo na senzala cabiam a cada um determinados direitos e deveres de acordo com o status social que dispunham.

Verificando detalhadamente os quadros, é possível ter em mente quem são os mais importantes dentro da senzala e mesmo quem são os elos, ao mesmo tempo que observamos quem constitui mais largas relações ao escolher distintos compadres e quem prefere estreitar e consolidar laços já estabelecidos.

CONCLUSÃO

Em nosso trabalho observamos que o compadrio foi uma importante estratégia de inserção social também para a população escrava. Os cativos da Real Feitoria do Linho Cãnhamo estabeleceram laços entre seus pares, denotando horizontalidade na maioria das vezes, ampliando assim seu leque de relacionamentos dentro da própria senzala.

Com o decorrer de nossa pesquisa foi possível refletir acerca do caráter das redes de compadrio pensadas enquanto elementos formadores de redes sociais que estabelecem tanto elos efetivos quanto potenciais entre os elementos.

Na maioria das vezes observamos padrinhos de condição igual ou superior – a maioria dos padrinhos são de dentro da própria senzala, o que indica que os escravos queriam se aproximar dos seus companheiros de cativeiro. No caso de condições superiores, como o compadrio com um feitor, os cativos buscavam uma condição verticalmente ascendente, laços entre indivíduos socialmente desiguais possibilitando o trânsito de interesses nos arredores da senzala.

Assim, fica claro que o vínculo do compadrio também estava revestido de hierarquias e diferenças. Os pais escravos privilegiaram em suas escolhas pessoas de dentro de sua unidade para apadrinhar seus filhos, buscando solidificar relações com pessoas de classe social semelhante. No entanto, algumas pessoas eram mais significativas do que outras dentro da hierarquia da própria senzala da Real Feitoria, o que denota certo interesse na criação de redes de solidariedade com ícones mais importantes do mundo escravo.

No caso dos escravos que conseguiam uma posição de liderança dentro da senzala da Feitoria, estes podiam “manipular” indivíduos em redes diádicas como um elo ou atuando como intermediários para as redes às quais não pertenciam para garantir posições de poder; e ao evocar obrigações mútuas, inerentes ao compadrio, esses líderes exerciam influência e poderiam exigir obediência dentro da ideia de hierarquia.

Não privilegiar como padrinhos pessoas de fora da unidade não significa que com elas não se estabelecesse algum tipo de vínculo ou relação. Houve alguns casos, mesmo que poucos, em que o interesses dos escravos foi de estabelecer relações de compadrio com pessoas de fora de sua unidade na tentativa de aumentar seu raio social de alianças e sua rede de solidariedade, demonstrando que essas relações existiam. Há que ter em mente também que o compadrio estava longe de ser o único tipo de vínculo que esses escravos estabeleciam.

Assim, consideramos os escravos da Real Feitoria do Linho Cãnhamo como agentes históricos – sujeitos com escolhas socialmente ativas, com capacidade e ação para interferir

em sua realidade, especialmente quando elege e constroem sua rede de parentesco – criando sua própria organização familiar mesmo estando em cativeiro; sendo que a constituição de suas redes não se dava ao acaso. Sem dúvida, pertencer a uma família transcendia a consanguinidade e se manifestava em relação aos seus compadres.

O que as fontes nos demonstram é a existência dos vínculos, das famílias, das redes de compadrio e com isso esperamos ter conseguido realizar uma análise destes dados que contribua para uma maior visibilidade deste estabelecimento real e de seus cativos, negligenciados pela historiografia. Enfim, nosso trabalho possui um caráter experimental e apresenta algumas hipóteses que talvez necessitem de um maior estudo. Mas, ainda assim, esperamos ter empreendido um estudo que contribua para a historiografia sobre a Real Feitoria do Linho Cânhamo, sobre seus cativos e sobre a família escrava no Rio Grande de São Pedro.

FONTES

- **Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) – Projeto Resgate:**
 - Rio Grande do Sul – RS
 - Documento nº 95; Doc. 233; Doc. 249; Doc. 252; Doc. 259; Doc. 282; Doc. 312; Doc. 436; Doc. 462; Doc. 578; Doc. 598; Doc. 645; Doc. 795; Doc. 808; Doc. 809.
 - Rio de Janeiro – RJ
 - Documento nº 1032; Doc. 1352; Doc. 1531; Doc. 4939; Doc. 9056; Doc. 9586; Doc. 9673; Doc. 9675; Doc. 9992; Doc. 10022; Doc. 10024; Doc. 10394; Doc. 10739; Doc. 11003; Doc. 11515; Doc. 11821; Doc. 12342; Doc. 12480; Doc. 12524; Doc. 12685; Doc. 12706; Doc. 12789; Doc. 12813; Doc. 13035; Doc. 13055; Doc. 13748; Doc. 14384; Doc. 14912; Doc. 16464; Doc. 18903.

- **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG):**
 - Fundo Real Feitoria do Linho Cânhamo (RFLC)
 - Maço Único

- **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA):**
 - Rol de Confessados da Freguesia Nossa Senhora dos Anjos (1789)
 - Rol de Confessados da Freguesia Nossa Senhora dos Anjos (1790)
 - Rol de Confessados da Freguesia Nossa Senhora dos Anjos (1791)
 - Rol de Confessados da Freguesia Nossa Senhora dos Anjos (1792)
 - Rol de Confessados da Freguesia Nossa Senhora dos Anjos (1793)
 - Rol de Confessados da Freguesia Nossa Senhora dos Anjos (1794)
 - Rol de Confessados da Freguesia Nossa Senhora dos Anjos (1795)
 - 2º Livro de Batismos de Gravataí – Nossa Senhora dos Anjos (1784-1796)
 - 3º Livro de Batismos de Gravataí – Nossa Senhora dos Anjos (1796-1811)
 - 4º Livro de Batismos de Gravataí – Nossa Senhora dos Anjos (1811-1823)
 - 5º Livro de Batismos de Gravataí – Nossa Senhora dos Anjos (1823-1832)

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALVES, Eliege. *Uma presença invisível: Escravos em terras alemãs*. II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2005. <http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/21.pdf> – acesso em: 11/11/10 16:46

BASSANEZI, Maria. *Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da História*. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de. (Orgs.) *O historiador e suas fontes*. Contexto, São Paulo,

2009. Pg.142-172.

BENTO, Cláudio. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Grafosul, Porto Alegre, 1976. Pg. 96-106.

_____. *Canguçu: reencontro com a história*. IEL, Porto Alegre, 1983. Pg. 17-20; 24-29.

BERTRAND, Michel. *De la familia a la red de sociabilidad*. Revista mexicana de sociología, Vol. 61, N° 2 (Apr.-Jun. 1999). Pg. 107-135.

BRÜGGER, Silvia. *Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850*. XVI ABEP, Caxambú, Minas Gerais, 2004. http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_119.pdf – acesso em: 14/06/10 11:38

BURKE, Peter. (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. Editora UNESP, São Paulo, 1992.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Paz e Terra, São Paulo, 1961.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Cadernos AEL, Vol. 14, nº26, 2009. http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/45 – acesso em: 11/11/10 16:53

FARIA, Sheila. *A colônia em movimento*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1998.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1997.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos, Século XIX*. Revista Afro-Ásia, nº 24, 2000. Pg. 511-170.

FRAGOSO, João. *O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII*. In: OLIVEIRA, Mônica; ALMEIDA, Carla. (Orgs.) *Exercícios de Micro-história*. FGV, Rio de Janeiro, 2009. Pg. 158-207

FREIRE, Jonis. *Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo – MG (1838-1888)*. XIV ABEP, Caxambú, Minas Gerais, 2004. http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_543.pdf – acesso em: 14/06/10 11:38

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Global, São Paulo, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: _____. *A microhistória e outros ensaios*. Memória e sociedade, Difel, 1991. Pg. 169-178

GÓES, José. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Linear, Vitória, 1993.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo*

de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1988. Pg. 33-59.

HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros de batismos da vila de Rio Grande (1738-1763)*. UFRJ – Tese de doutorado, 2006.

_____. *Famílias riograndinas livres e seus escravos através dos registros batismais: unidades econômicas (Rio Grande c. 1738-1763)*. II encontro *Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2005. <http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/54.pdf> – acesso em: 11/11/10 16:31

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – Século XVIII*. Tese de doutorado, UFF, 2006. http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf – acesso em: 14/06/10 11:41

LIMA, Henrique E. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. Ed. UNESP, São Paulo, 1992. Pg. 133-161

LUNA, Francisco; COSTA, Iraci da.; KLEIN, Herbert. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. EDUSP, São Paulo, 2009.

MACHADO, Cacilda. *As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais – PR, na passagem do século XVIII para o XIX*. Revista Brasileira de História, Vol. 26, Nº 52, São Paulo, 2006.

MAIA, Moacir. *O apadrinhamento de africanos em Minas colonial: o (re)encontro na América – Mariana 1715-1750*. Revista Afro-Ásia, nº 36, 2007. Pg. 39-80.

_____. *Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750)*. TOPOI, Vol. 11, nº 20, jan-jun 2010. Pg. 36-54.

MENZ, Maximiliano. *Os escravos da feitoria do Linho Cântamo: Trabalho, conflito e negociação*. Revista Afro-Ásia, nº 32, 2005. Pg.139-158.

MIRANDA, Marcia. *Continente de São Pedro: Administração pública no período colonial*. CORAG, Porto Alegre, 2000. Pg. 143-146; 170.

MORAES, Carlos. *Feitoria do Linho Cântamo*. Editora Parlanda, Porto Alegre, 1994.

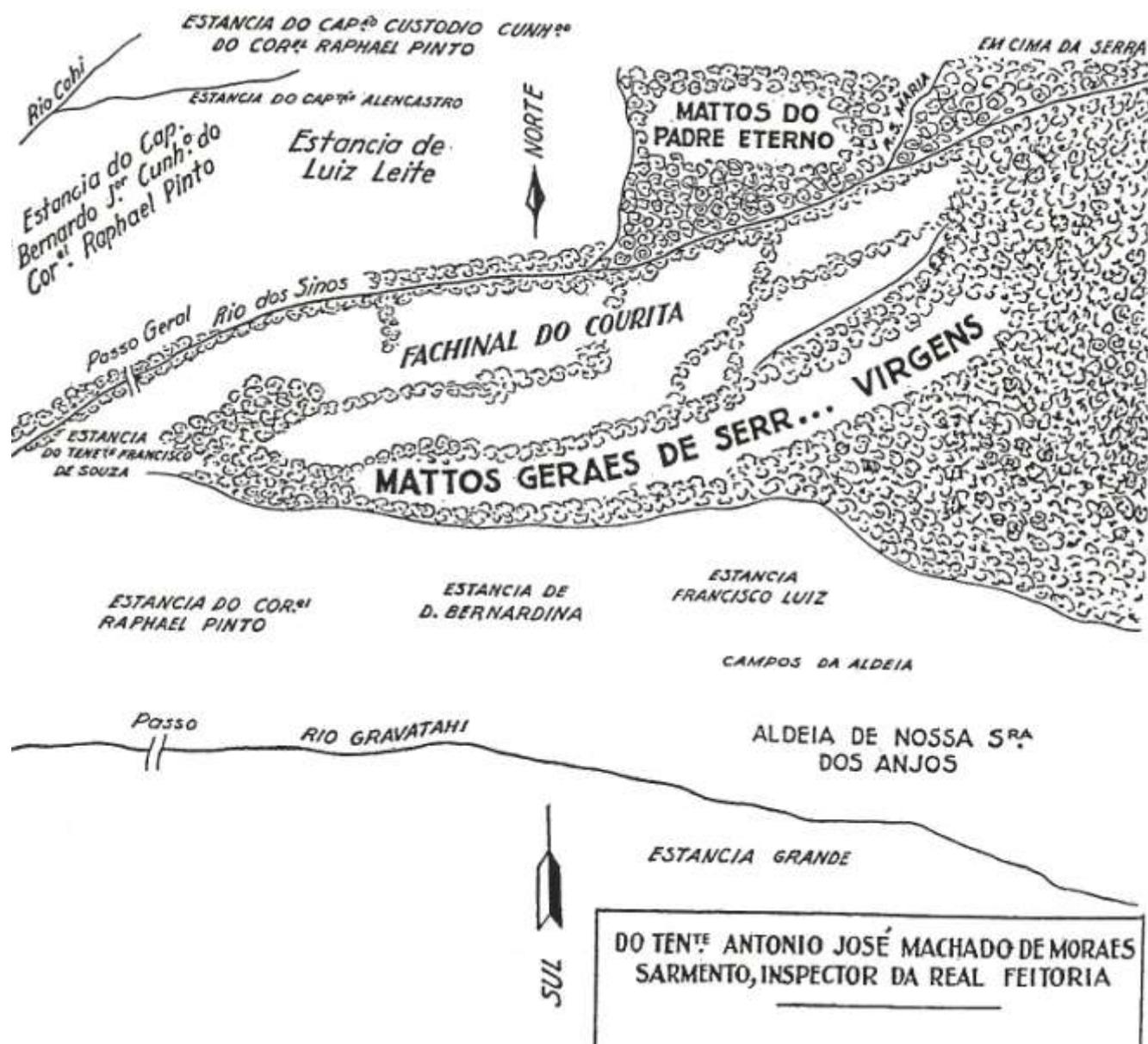
NETTO, Fernando; OLIVEIRA, Mariani; PACHECHNE, Larissa. *Compadrio livre, escravo ou forro: estratégias de sobrevivência dos cativos nos Campos Gerais do Paraná no Período Imperial*. ABEP, 2010. http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_10/abep2010_2071.pdf - acesso em: 11/11/10 17:33

OLIVEIRA, Mônica; ALMEIDA, Carla. (Orgs.) *Exercícios de Micro-história*. FGV, Rio de Janeiro, 2009.

PETIZ, Silmei. *Considerações sobre a família escrava da fronteira oeste do Rio Grande de São*

- Pedro (1750-1835)*. III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007. <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/59.59.pdf> acesso em: 11/11/10 17:31
- PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Ed. Sta. Terezinha, Porto Alegre, 1934. Pg. 7-32.
- REVEL, Jacques. (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. FGV, Rio de Janeiro, 1998.
- RUSSELL-WOOD, A. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, Século XIX*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.
- SLENES, Robert; FARIA, Sheila. *Família escrava e trabalho*. Tempo, Vol. 3, nº 6, dezembro 1998.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. EDUSC, São Paulo, 2001.
- SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador – relações entre os poderes público e privado em Rio Grande de São Pedro*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 1999. Pg. 128-131.
- SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia: hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. UFRJ – Dissertação de Mestrado, 2008. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057370.pdf> - acesso em: 25/02/10 11:19
- _____. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia: hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. Manuscrito – Comunicação preparada para apresentação no Congresso de 2009 da LASA, Rio de Janeiro.
- SIRTORI, B.; GIL, Tiago. *Bom dia, Padrinho: o compadrio de escravos nos campos de Vacaria, 1778-1810*. <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/BrunaSirtoriTiagoGil.pdf> – acesso em: 14/06/10 11:19
- VASCONCELOS, Marcia. *O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação – Mambucaba, Angra dos Reis, Século XIX*. Revista Afro-Ásia, nº 28, 2002. Pg. 147-178.
- VENÂNCIO, Renato. *Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso*. In: OLIVEIRA, Mônica; ALMEIDA, Carla. (Orgs.) *Exercícios de Micro-história*. FGV, Rio de Janeiro, 2009. Pg. 239-261.
- WEHLING, Arno. *Conjuntura Portuguesa e ação econômica no Rio Grande de São Pedro*. In: Anais do simpósio do bicentenário da restauração do Rio Grande, Volume I. IHGB, Rio de Janeiro, 1979. Pg. 216-243.
- WEISSHEIMER, Egídio; PETRY, Hugo. *A Real Feitoria do Linho-Cânhamo: uma história dos velhos tempos*. In: Origens – Boletim informativo do Instituto Genealógico do Rio Grande do Sul, Nº 25, 3º Trimestre, 1994. Pg. 50-57.

ANEXOS

ANEXO I – Mapa da região onde se instalou a Real Feitoria do Linho Cãnhamo¹⁰⁹

¹⁰⁹ Mapa da região onde se instalou a Real Feitoria do Linho Cãnhamo – no Fajal do Courita – do Tenente Antônio José Machado de Moraes Sarmiento, Inspetor da Feitoria. Sem data. Reproduzido In: MORAES, Carlos. *Op. Cit.* pg. 91.

ANEXO II - Quadro de laços e redes de compadrio dos escravos

Quadro I – Laços e redes de compadrio dos escravos da RFLC

Nº de Ordem	Escravo	Nº de afilhados	Nº de vezes que aparece como pai de batizando	Compadre de:	Nº de pessoas com quem estabelece relações de compadrio
1	Severino Cordeiro	7	2	Manuel Rodrigues da Costa, Maria da Luz, José da Glória, Inácia Pacheco, Apolinário Cardoso (2 vezes), Helena da Cruz (2 vezes), Ana dos Reis (de confisco), José da Glória (2 vezes), Maria Joaquina (2 vezes), João Roiz Machado, Maria da Conceição (escravo adulto*)	11
2	Lourenço de Sousa	4	Nenhuma	João Honorato, Francisca da Conceição, Joana da Torre (de confisco), Inácio dos Passos, Joana Pereira, Joana Benguela (de confisco)	6
3	Tomás Gomes	4	2	Florentino Cardoso (4 vezes), Rita Maria (4 vezes), (dois padrinhos corroidos), Domingas Angola (de confisco)	Pelo menos 3
4	Florentino Cardoso	3	3	Tomás Gomes (4 vezes), Paula Francisca (4 vezes), Maria Salomé (de confisco)	3
5	Antônio Pereira	2	Nenhuma	Maria do Socorro (de confisco), Inácio José, Maria do Rosário	3
6	Henrique de Almeida	2	2	Clemente Pereira (2 vezes), Ana Tavares (2 vezes), Úrsula de Lima (2 vezes), Inácio Pestana (2 vezes)	4
7	Inácio Pestana	2	1	Henrique de Almeida, Joana Batista, Eleutério pestana, Maria da Lampadosa, Henrique de Almeida, Verônica da Silva	6
8	João Rodrigues Machado	2	1	Manuel de Jesus Fernandes, Josefa Maria, Joana Marques (de confisco)	3
9	Antônio da Vitória	2	Nenhuma	Manuel de Jesus Pestana (2 vezes) Ana dos Reis (2 vezes)	2
10	Caetano Ferreira	2	2	Inácio de Lemos (2 vezes), Josefa Maria, Estanislau da Cruz, Natária da Trindade, Manuel Fula, Maria Páscoa, Maria da Glória	7
11	Inácio de Lima	2	2	João Honorato (3 vezes), Francisca da Conceição (3 vezes), Maria[corr.]	3
12	Inácio de Lemos	2	1	Caetano Ferreira (2 vezes), Maria do Socorro (2 vezes), Basílio de Andrade, Maria da Batalha	4
13	Basílio de Andrade	1	3	Maria Calunga (de confisco), Agostinho das Neves, Maria Clara, Inácio de Lemos, Maria da Glória, Maria Micaela, Francisco (escravo de Miguel Correia)	7
14	Agostinho das Neves	1	Nenhuma	Maria da Batalha, Basílio de Andrade	2
15	Apolinário Cardoso	1	2	Severino Cordeiro (2 vezes), Maria Pereira, Maria (de confisco), Maria [corr.]	Pelo menos 3
16	João Honorato	2	2	Inácio de Lima (3 vezes), Maria das Promessas (3 vezes), Lourenço de Sousa, Luzia da Trindade	4
17	Amaro Lemos	2	Nenhuma	Maria da Luz (de confisco), Estanislau da Cruz, Natária da Trindade	3
18	Manuel Rodrigues da Costa – FEITOR	2	Nenhuma*	Prudêncio da Assunção, Ana de Santa Ana, Severino Cordeiro, Angélica Maria	4
19	Manuel de Jesus Fernandes	1	Nenhuma	João Rodrigues Machado, Domingas do Rosário	2
20	José Álvares	1	Nenhuma	Gordiano Pereira, Joana Batista	2
21	José de Anchieta	1	Nenhuma	Prudêncio da Assunção, Ana de Santa Ana	2
22	Inácio dos Passos	1	1	Manuel de Jesus Pestana, Ana dos Reis, Lourenço de Sousa, Ana da Cruz	4
23	Clemente Pereira	1	2	Henrique de Almeida (2 vezes), Verônica da Silva (2 vezes), Joana Batista, Joaquim Francisco Terra	4
24	José da Glória	1	2	Severino Cordeiro (3 vezes), Angélica Maria (3 vezes),	2
25	Gordiano Pereira	1	1	Helen, José Álvares, Maria Madalena	3
26	João Rodrigues	1	3	José Feliz, Maria Micaela, Clemente, Feliciano, João Rodrigues Machado, Angélica Maria, Inácio José, Domingas do Rosário	8
27	Clemente	1	Nenhuma	João Rodrigues, Josefa Maria	2

28	Manuel Pinto da Costa	1	Nenhuma	Joana da Cruz (de confisco)	1
29	Manuel José	1	Nenhuma	Inácio da Cruz, Francisca Narcisa	2
30	José Francisco	1	Nenhuma	Maria Salomé (de confisco)	1
31	Teodósio da Cruz	1	Nenhuma	Manuel Rodrigues, Maria Teresa	2
32	Francisco - Escravo de Miguel Correia	1	Nenhuma*	Basílio de Andrade, Maria da Batalha	2
33	Joaquim Francisco Terra	1	Nenhuma	Clemente Pereira, Ana Tavares	2
34	Antônio da Cunha	1	Nenhuma	Inácio da Cruz, Francisca Narcisa	2
35	Inácio da Cruz	1	2	Manoel José (2 vezes) , Francisca Narcisa, Custódia da Silva, Antônio da Cunha, Maria do Nascimento	5
36	Manoel Tecla	1	Nenhuma	Inácio de Lima, Maria das Promessas	2
37	Mateus Antunes	1	Nenhuma	Prudêncio da Assunção, Ana de Santa Ana	2
38	Estanislau da Cruz	1	2	Caetano Ferreira, Maria do Socorro, Amaro Lemos, Maria do Socorro II, Nicolau Teixeira, Gertrudes do Rosário	6
39	Inácio José	1	1	João Rodrigues, Josefa Maria, Antônio Pereira, Maria Rosa	4
40	Nicolau Teixeira	1	Nenhuma	Estanislau da Cruz, Natária da Trindade	2
41	Felipe Santiago	Nenhum	1	Antônio Pereira, Maria Rosa	2
42	Prudêncio da Assunção	Nenhum	3	José de Anchieta, Úrsula das Virgens, Manuel Rodrigues da Costa, Maria Pereira, Mateus Antunes, Joana Pereira	6
43	Eleutério Pestana	Nenhum	1	Inácio Pestana, Úrsula de Lima	2
44	Manuel de Jesus Pestana	Nenhum	3	Inácio dos Passos, Joana Pereira, Antônio da Vitória (2 vezes), Marta das Neves (2 vezes)	4
45	Manuel Fula	Nenhum	1	Caetano Ferreira, Maria do Socorro	2
46	José Félix	Nenhum	1	João Rodrigues, Maria da Batalha	2
47	Manuel Rodrigues	Nenhum	1	Teodósio da Cruz, Maria das Promessas	2
48	João Roiz Machado	Nenhum	1	Severino Cordeiro, Angélica Maria	2
49	Manoel José	Nenhum	1	Inácio da Cruz, Francisca Narcisa	2

Fonte: 2º e 3º livros de batismos N. Sra. dos Anjos – AHCMPA

ANEXO III - Quadro de laços e redes de compadrio das escravas

Quadro II – Laços e redes de compadrio das escravas da RFLC

Nº de Ordem	Escrava	Nº de afilhados	Nº de vezes que aparece como mãe de batizando	Comadre de:	Nº de pessoas com quem estabelece relações de compadrio
1	Angélica Maria	5	2	Ana dos Reis (de confisco), José da Glória (3 vezes), Maria Joaquina (2 vezes), João Rodrigues, Josefa Maria, João Roiz Machado, Francisca da Conceição, Manuel rodrigues da Costa, Maria da Luz, Inácia Pacheco	10
2	Maria Rosa	3	Nenhuma	Maria do Socorro (de confisco), Inácio José, Domingas do Rosário, Simeana das Virgens, Felipe Santiago	5
3	Joana Batista	3	1	Inácio pestana, Úrsula de Lima, Clemente Pereira, Ana Tavares, Helen, José Álvares, Maria Madalena	7
4	Maria Pereira	3	Nenhuma	Apolinário Cardoso, Helena da Cruz, Joana Marques (de confisco), Ana de Santa Ana, Prudêncio da Assunção	5
5	Paula Francisca	3	2	Florentino Cardoso (4 vezes), Rita Maria (4 vezes), (2 padrinhos corroídos)	Pelo menos 2
6	Maria Rosa	3	Nenhuma	Maria do Socorro (de confisco), Felipe Santiago, Simeana das Virgens, Inácio José, Domingas do Rosário	5
7	Maria das Promessas	3	3	João Honorato (4 vezes), Francisca da Conceição (3 vezes), Maria[corr], Manuel Rodrigues, Maria Teresa, Manuel Tecla, Maria Ramos	Pelo menos 6
8	Maria do Socorro	2	1	Manuel Fula, Maria Páscoa, Inácio de Lemos (2 vezes), Maria da Glória, Josefa Maria	5
9	Úrsula de Lima	2	1	Eleutério Pestana, Maria da Lampadosa, Henrique de Almeida (2 vezes) , Verônica da Silva, Joana Batista	5
10	Josefa Maria	2	2	João Rodrigues Machado (2 vezes), Angélica Maria, Domingas do Rosário, Caetano Ferreira, Maria do Socorro, Clemente, Feliciana	6
11	Joana Pereira	2	2	Manuel de Jesus Pestana, Ana dos Reis, Prudêncio da Assunção, Ana de Santa Ana, Lourenço de Sousa (2 vezes), [Maria?], Ana da Cruz	7
12	Marta das Neves	2	Nenhuma	Manuel de Jesus Pestana, Ana dos Reis (2 vezes), Antônio da Vitória	3
13	Maria Micaela	2	1	Basílio de Andrade, Maria da Batalha, Maria Salomé (de confisco)	3
14	Luzia Correia	2	Nenhuma	Manoel da Cruz, Tereza de Jesus, Joana da Torre (de confisco)	3
15	Joana Pereira	2	2	Ana de Santa Ana, Prudêncio da Assunção, Manoel de Jesus Pestana, Ana dos Reis, Lourenço de Sousa (2 vezes), [Maria], Ana da Cruz	7
16	Simeana das Virgens	1	1	Antônio Pereira, Maria Rosa, Maria Calunga (de confisco)	3
17	Paula Tomásia	1	Nenhuma	Domingas de Angola (de confisco)	1
18	Helena da Cruz	1	1	Maria (de confisco), Severino Cordeiro, Maria Pereira	3
19	Maria Clara	1	Nenhuma	Basílio de Andrade, Maria da Batalha	2
20	Gertrudes do Rosário	1	Nenhuma	Estanislau da Cruz, Natária da Trindade	2
21	Úrsula das Virgens	1	Nenhuma	Prudêncio da Assunção, Ana de Santa Ana	2
22	Rita Maria	1	3	Tomás Gomes (4 vezes), Paula Francisca (4 vezes)	2
23	Luzia da Trindade	1	Nenhuma	João Honorato, Francisca da Conceição	2
24	Ana Tavares	1	2	Henrique de Almeida (2 vezes), Verônica da Silva (2 vezes), Joana Batista, Joaquim Francisco Terra	4

25	Maria da Glória	1	1	Basílio de Andrade, Maria da Batalha, Caetano Ferreira, Maria do Socorro	4
26	Ana da Cruz	1	Nenhuma	Inácio dos Passos, Joana Pereira	2
27	Maria do Socorro II	1	Nenhuma	Estanislau da Cruz, Natária da Trindade	2
28	Francisca da Conceição	1	4	Inácio de Lima (3 vezes), Lourenço de Sousa, Luzia da Trindade, Severino Cordeiro, Angélica Maria	6
29	Ana dos Reis	1	4	Maria da Luz (de confisco), Severino Cordeiro, Angélica Maria, Inácio dos Passos, Joana Pereira, Antônio da Vitória (2 vezes), Marta das Neves (2 vezes)	7
30	Maria da Batalha	1	2	José Félix, Maria Micaela, Agostinho das Neves, Maria Clara, Inácio de Lemos, Maria da Glória	6
31	Feliciana	1	Nenhuma	João Rodrigues, Josefa Maria	2
32	Teresa	1	Nenhuma	Joana da Cruz (de confisco)	1
33	Custódia da Silva	1	Nenhuma	Inácio de Cruz, Francisca Narcisa	2
34	Maria da Luz	1	1	Severino Cordeiro, Angélica Maria, Amaro Lemos, Ana dos Reis	4
35	Verônica da Silva	1	2	Clemente Pereira (2 vezes), Ana Tavares (2 vezes), Úrsula de Lima, Inácio pestana	4
36	Maria do Nascimento	1	Nenhuma	Inácio da Cruz, Francisca Narcisa	2
37	Inácia Pacheco	1	Nenhuma	Severino Cordeiro, Angélica Maria	2
38	Joana da Torre	1	1	Maria Salomé (de confisco), Lourenço de Sousa, Luzia Correia	3
39	Francisca Narcisa	1	1	Manoel José (2 vezes), Maria Caetana, Custódia da Silva	3
40	Maria Ramos	1	Nenhuma	Inácio de Lima, Maria das Promessas	2
41	Natária da Trindade	1	1	Caetano Ferreira, Maria do Socorro, Amaro Lemos, Maria do Socorro II	4
42	Domingas do Rosário	1	2	João Rodrigues, Josefa Maria (2 vezes), Manuel de Jesus Fernandes, Antônio pereira, Maria Rosa	5
43	Maria Calunga	Nenhum	1	Basílio de Andrade, Simeana das Virgens	2
44	Domingas Angola	Nenhum	1	Tomás Gomes, Paula Tomásia	2
45	Maria	Nenhum	1	Apolinário Cardoso, Helena da Cruz	2
46	Ana de Santa Ana	Nenhum	3	José de Anchieta, Úrsula das Virgens, Manuel Rodrigues da Costa, Maria Pereira, Mateus Antunes, Joana Pereira	6
47	Maria da Lampadosa	Nenhum	1	Inácio Pestana, Úrsula de lima	2
48	Joana Marques	Nenhum	1	João Rodrigues Machado, Maria Pereira	2
49	Maria Joaquina	Nenhum	2	Severino Cordeiro (2 vezes), Angélica Maria (2 vezes),	2
50	Maria Páscoa	Nenhum	1	Caetano Ferreira, Maria do Socorro	2
51	Joana de Cruz	Nenhum	1	Manuel Pinto da Costa, Teresa	2
52	Francisca Narcisa	Nenhum	2	Manuel José, Custódia da Silva, Antônio da Cunha, Maria do Nascimento	4
53	Maria Salomé	Nenhum	2	José Francisco, Maria Micaela, Florentino Cardoso, Joana da Torre	4
54	Helen	Nenhum	1	Gordiano Pereira, Joana Batista	2
55	Maria Teresa	Nenhum	1	Teodósio da Cruz, Maria das Promessas	2
56	Tereza de Jesus	Nenhum	1	Joaquim Francisco Terra, Verônica da Silva	2
57	Joana Maria	Nenhum	1	Caetana Maria – Preta Forra de POA, Francisco Baptista Ângelo da Costa de POA	2
58	Maria Caetana	Nenhum	1	Inácio da Cruz, Francisca Narcisa	2

Fonte: 2º e 3º livros de batismos N. Sra. dos Anjos – AHCMPA